



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 62

Sessão Ordinária Setembro

Reunião em 08/09/2017

Aos oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite (chegou atrasado), pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Nuno Frederico Miranda Leite, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Maria da Luz Nolasco Cardoso e Aida Isabel Pereira Tavares.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, João Francisco Carvalho de Sousa, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, João Carlos Rodrigues

Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por, Miguel António Costa da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Nuno Frederico Miranda leite, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício, leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 20JUN17 a 04SET17;

Ponto 2 – Apreciação e votação da autorização de assunção de compromisso plurianual do Protocolo para a cooperação financeira com o Banco Alimentar contra a fome de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse público Municipal, da unidade industrial da Sarifer, processo de obras n.º 41/1991;

Ponto 4 – Apreciação e votação da abertura do procedimento por Concurso Público n.º 2/2017 CP-CF DCS-ACGC para “Concessão da exploração de três quiosques sitos, na Travessa do Mercado (MMF), na Rua Dr. Mário Sacramento e no Largo do Alboi, em Aveiro”;

Ponto 5 – Apreciação e votação do procedimento por Concurso Público n.º 6/2017 CP-CFDCS-ACGC, para “Exploração do Café-Esplanada do Jardim do Lago da Fonte-Nova, Aveiro”;

Ponto 6 – Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP.

Continuando, o Presidente da Mesa em exercício, informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰³ em tempo distribuídas a todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 58 – Sessão Ordinária Junho – primeira reunião realizada em 23-06-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 59 – Sessão Ordinária Junho – segunda reunião realizada em 29-06-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 60 – Sessão Extraordinária em Julho – Sessão realizada em 11-07-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 61 – Segunda Sessão Extraordinária em Julho – Sessão realizada em 28-07-2017:
- Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Após a votação, o Presidente da Mesa em exercício, deu conhecimento à Assembleia de um ofício da DGAL⁰⁰⁴ (Direcção- Geral das Autarquias Locais), que remete para o artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. “Alerta Precoce”. Taxa de execução da receita prevista no Orçamento inferior a 85% nos dois anos consecutivos – 2015 e 2016.

Continuando, o Presidente da Mesa em exercício, fez a apresentação de um Voto de Pesar, subscrito por todos os grupos municipais, pelo falecimento Ex-Vogal da Assembleia, Joaquim António Gaspar de Melo Albino⁰⁰⁵, com o seguinte teor:

«Voto de Pesar

A Assembleia Municipal de Aveiro, na Sessão Ordinária de Setembro de 2017, apresenta sentido Voto de Pesar pelo Falecimento de ilustre figura da sociedade Aveirense, Joaquim António Gaspar de Melo Albino, de 79 anos de idade, falecido no dia 16 de Julho de 2017.

Relembramos, com este gesto, um grande Aveirense, figura emblemática do sector das pescas, a sua infindável disponibilidade para com as mais diversas causas aveirenses.

Recordamos e homenageamos o seu talento, a sua paixão pelas artes, o seu exemplo de vida, o amigo de todos e de Aveiro.

Perpetuamos, deste modo, a sua memória.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa em exercício, deu início⁰⁰⁶ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados.

Os avanços verificados de respostas a problemas urgentes nestes tempos da nova fase não podem iludir os problemas acumulados das décadas de desastrosa política de direita e de recuperação capitalista. E restauração monopolista de governos de PS, PSD, e CDS, que teve no último governo PSD/CDS a situação mais perniciosa.

Bem podem dissimular as consequências de uma desastrosa política de desintegração capitalista na união europeia.

Políticas que tornaram Portugal um país desindustrializado, dependente, empobrecido e vulnerável. Mostram a estagnação da sua economia e de anos de produto nacional e de desemprego. Mostram a degradação social dos trabalhadores e do povo. Mostram as

vulnerabilidades estruturais que estão presentes na realidade portuguesa que se expressam do agravar do défice produtivo, mas também no plano alimentar, energético, demográfico, ordenamento do território, infraestruturas e serviços públicos que tornam Portugal numa nação altamente exposta a alterações adversas no quadro internacional, sejam elas as taxas de juro, o petróleo ou a cotação do euro.

Às indisfarçáveis vulnerabilidades existentes juntam-se um conjunto de fortes constrangimentos que ao mesmo tempo que as aprofundam condicionam fortemente o desenvolvimento do país.

Temos uma moeda única que tem sido um descalabro para a economia portuguesa. O Euro com as suas regras afirma-se cada vez mais como um autêntico colete-de-forças que impede a definição de uma política de um desenvolvimento de um projecto soberano para Portugal.

Temos uma dívida pública insustentável que só em juros são mais de 8 mil milhões de euros. Temos um sector financeiro, particularmente a banca comercial, dominada por estrangeiros, para servir interesses que não são o do país e dos portugueses. Um sector que um cortejo de falências corrupção e gestão fraudulenta que tem sugado recursos públicos colossais entregue há voragem dos especuladores e do lucro acionista.

Temos uma realidade económica que no seu conjunto é cada vez mais dominada por monopólios, particularmente do grande capital estrangeiro que controla a banca, seguros, energia, telecomunicações, correios, portos, aeroportos, comunicação social, a grande distribuição e os grandes sectores industriais.

Olhem para o processo de destruição da PT que está em curso. Repare-se na degradação dos CTT após a privatização; pense-se no que esta acontecer no sector da energia, e rapidamente somos levados a concluir que não há compatibilidade possível entre as necessidades do país e os interesses de grupos monopolistas que dominam a economia nacional.

Ignorar esta realidade e fingir que é possível uma política duradoura de recuperação de direitos e de rendimentos, sem resolver os problemas estruturais e os constrangimentos, sem confrontar os interesses do grande capital é puro engano.

Com a reposição de direitos e de rendimentos foi possível fazer crescer a economia e criar emprego, embora aquém do que é possível e necessário. Mas nem os atrasos estão superados nem desenvolvimento sustentado e sólido estão garantidos para o futuro.

Como sempre afirmamos a melhor dos rendimentos dos trabalhadores foi em si mesmo um objectivo para o desenvolvimento do país e confirma a falências das teses defensoras do empobrecimento. O País necessita de andar para a frente e não para trás. Como pretendem o PSD/CDS com as suas políticas de terra queimada e de visão de cega obediência às chantagens e constrangimentos que a partir de Bruxelas são impostos a Portugal.

Também o PS pode continuar a falar da competitividade e do desenvolvimento do país, mas contrariamente ao que afirmam, não há compatibilização possível sem uma política realmente justa e librando-nos das chantagens e constrangimentos que a União Europeia nos sujeita.

Essa incompatibilidade tem uma razão de fundo. É que essas políticas da União Europeia e em especial no quadro do Euro têm interesses contrários aos interesses do país. Estão ao serviço dos monopólios do grande capital e das grandes potências que dominam a união europeia. Os problemas que o país enfrenta exigem resposta qualitativamente nova que faça uma trajetória sustentada de desenvolvimento que não se limite ou restrinja a ter ganhos momentâneos de uma conjuntura favorável mas volátil.

Precisa de recuperar as alavancas essenciais para decidir soberanamente o seu desenvolvimento. Portugal precisa de uma política que afirme a sua soberania e

independência. É esse o sentido da política patriótica e de esquerda que o PCP defende e Portugal precisa.

Uma política que tenha como momentos decisivos entre outros a libertação do país ao Euro e à União Europeia. Renegociação da dívida pública. Garantir o controlo público da bancada. Recuperação para o sector público dos sectores básicos estratégicos da economia. O apoio às PME e do sector produtivo. Tudo articulado com a devolução dos salários e rendimentos dos trabalhadores com o objetivo do pleno emprego.

Uma política que exige o particular e inadiável reindustrialização do país, atenção à produção nacional e ao desenvolvimento económico. Uma política que dê outra prioridade ao investimento público apostando na política de substituição de importações pela produção nacional, ligado à promoção das exportações. Incluir a adoção de um programa que vise a soberania alimentar, respondendo a aspectos essenciais das necessidades nacionais e a consideração da agricultura, pecuária, floresta e pescas, como produções estratégicas.

Envolve no plano da floresta assegurar os meios financeiros e humanos necessários ao ordenamento, à valorização do preço da madeira e à prevenção e eficácia na prevenção interna dos incêndios. Implica ainda o desenvolvimento de uma estratégia prosseguindo objectivo da soberania energética, nomeadamente com o aproveitamento das energias renováveis. Exige a valorização da educação, do desenvolvimento científico e tecnológico com a elevação do tecido produtivo e do aumento do valor acrescentado.

A política patriótica e de esquerda necessária ao país, que reconhece a valorização do trabalho e dos trabalhadores, como objecto e condição do desenvolvimento coloca uma questão central face à realidade laboral portuguesa. Prosseguimento de realização plena de uma política de combate à precariedade no trabalho. Uma política que se impõe para por fim a este flagelo e exige a adoção de um programa de combate à precariedade e ao trabalho ilegal.

Uma política que assegure uma administração e uma prestação de serviços públicos ao serviço do povo e do país, valorizando o SNS e a escola pública, um sistema de segurança social público, um serviço público de cultura e a concretização de uma Justiça independente e acessível a todos. Uma política que assuma acima de tudo o regime democrático e cumprimento da Constituição da Republica Portuguesa. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE)⁰⁰⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente, não em jeito de balanço, mas sendo esta a ultima sessão deste mandato desta assembleia, apenas uma palavra que as senhoras e senhores deputados que pela última vez estão aqui presentes. Uns do nosso partido, da nossa coligação, ou da oposição, um agradecimento a todos porque a vida faz-se de debate, faz-se de debater ideias que são diferentes, umas vezes mais acaloradamente, mas àqueles que estiveram e vão deixar de estar o nosso agradecimento por terem estado e terem contribuído para a melhoria de Aveiro.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹¹

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Duas notas, a primeira das quais já foi consubstanciada no voto que também subscrevemos, mas de qualquer maneira, entendo,

que é de elementar justiça salientar uma vez mais o exemplo de inconformismo cívico de Gaspar Albino e o papel relevantíssimo que teve na construção do Aveiro que somos. Também o seu papel, enquanto fundador do Aveiro Arte, da Amusa e do CETA, colocam-no mais ou menos (evidente que este paralelismos são sempre abusivos) num paralelismo com a figura de Vasco Branco, que como é sabido nos deixou em 2014.

Um conjunto de Aveirenses multifacetados, que numa outra era, com maiores dificuldades à Comunicação conseguiram fazer de Aveiro um Pólo Cultural. É um repto que lanço, obviamente o Voto de Pesar hoje aprovado não esgota a homenagem que Aveiro deve a Gaspar Albino. Era a primeira nota.

Deixo o repto àquele que vier a ser o novo Presidente de Câmara Municipal de Aveiro, que tome em mãos essa celebração.

Esta sendo a última sessão (um pouco como Jorge Greno referiu) não compete, competir compete, mas não seremos nós que faremos o balanço do mandato. Serão os Aveirenses daqui a três semanas. Mas de qualquer maneira, eu faço questão de me associar à saudação a todos os membros dos vários órgãos do município, que cessarão os seus mandatos e agradecer a todos a construção do Aveiro que somos. E simultaneamente, saudar já aqueles que se disponibilizam para continuar esse projeto para Aveiro. É, obviamente, de todos aqueles que sempre contribuíram (e não há nenhum fatalismo) eu próprio já fiz parte deste órgão, deixei de fazer parte e seguramente deixarei de fazer parte dele um dia.

Eu hoje ao ver os elementos da ordem de trabalhos (hoje excecionalmente o site estava disponível – não tem estado nos últimos dias) ao aceder vi as palavras escritas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal (não está presente) que referia em Outubro de 2017, que “Aveiro tem um potencial muito maior que aquele que foi capaz de realizar e seguir até hoje”. Penso que essas palavras mantém toda a atualidade e são elas que também motivam a nossa candidatura – e presumo que a candidatura de todos os demais. Ou seja, que Aveiro é muito melhor do que aquilo que tem sido até hoje e será seguramente melhor doravante e no futuro.

Mas de qualquer maneira, também essas palavras, escritas em Outubro 2013, ai já não concordarei com elas, na medida em que era feito um voto para que a Assembleia expressasse e desse conta do profundo espírito democrático de sempre.

É sabido as críticas que fiz ao Regimento que foi aprovado nesta Assembleia. Eu penso que, de facto, esta Assembleia não deu corpo ao profundo espírito democrático aveirense. Eu penso que Aveiro deixou de ser exemplo nacional. Não vou tão longe de dizer que a democracia tenha sido cerceada, mas manifestamente deixou de ser um exemplo e era-o.

Eu penso que Aveiro compara mal com outras Assembleia Municipais. Compara mal, designadamente quando relega para o final de cada reunião a intervenção do público, desincentivando essa participação, pondo fim a uma tradição que durava desde as primeiras eleições autárquicas e, portanto, eu espero que essa situação no próximo mandato seja reponderada e volte a introduzir a participação do público no início dos trabalhos. Obviamente incentivando essa participação. E acho também que, Aveiro compara mal, quando distribui desproporcionadamente os tempos de intervenção. Compara mal, dei o exemplo na altura aquando da aprovação, o exemplo da Assembleia Municipal de Lisboa, cujo grupo parlamentar maior tem 36 elementos e o menor tem 1, as regras ordinárias de distribuição põe 10 minutos ao maior grupo e 3 minutos ao menor e a Câmara com 10 minutos, quando em Aveiro chega a atribuir mais de 1 hora ao Senhor Presidente da Câmara (30 minutos mais 31 minutos), comparado com 5 minutos, manifestamente compara mal. E portanto, espero, que tudo isto seja

reponderado e que Aveiro volte a ser um exemplo nacional ao nível também da sua Assembleia Municipal.

Em todo caso, apesar de não estar presente o Senhor Presidente, faço-o através do presidente em exercício, sempre direi porque é de inteira justiça, que Aveiro teve um Presidente de Assembleia Municipal melhor que o Regimento que fez aprovar sob a sua égide.

E portanto, é com todo gosto que digo que o Professor Nogueira Leite prestigiou a Assembleia. Foi um autarca que dignificou o órgão e dignificou Aveiro e, portanto, com estas notas termino esta intervenção. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹³

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal Manuel Vieira dos Santos (PS)⁰¹⁵

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰¹⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal David Paiva Martins (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

“Senhor Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de começar por agradecer a todos os membros da bancada do PSD que serviram neste mandato, a sua contribuição para a discussão plena, para a discussão importante, daquilo que são os verdadeiros problemas de Aveiro e a sua contribuição para a sua resolução.

Depois, gostaria apenas de me referir, aos indícios que existem da campanha que está em curso. E se me permitem, uma vez que não sou suficientemente “letrado” vou recorrer a duas citações do escritor Umberto Eco. A primeira diz assim: “o drama da internet é que promoveu o tonto da aldeia como o portador da verdade. As redes sociais deram voz a uma legião de imbecis”. Isto numa entrevista dada à revista Época em 2011. Mas já em 1988 Humberto Eco dizia: “populismo mediático significa apelar diretamente à população por meio dos média. Um político que domine bem os uso dos média pode moldar os temas políticos fora do parlamento e até eliminar a mediação do parlamento.” Meus senhores e minhas senhoras, o que se está a passar nesta campanha eleitoral nomeadamente ao nível das redes sociais, é uma vergonha para a democracia. E se querem melhor exemplo fazem favor de ler Umberto Eco. Muito obrigado”

(Entretanto deu entrada na sala a vogal sucedânea Maria Cristina Macedo da Costa Veiga)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Muito obrigado, Sr. Presidente por essa sua abordagem parcial, se bem que para alguns serei mais lobo que cordeiro. Mas eu fico com a bondade do Sr. Presidente que muito encanta.

Hoje usarei uma nota de excepção aos meus princípios de gestão do PAOD por causa de alguma politiquice que cá tivemos. É normal, faz parte da época. E eu gosto tanto de viver estes momentos eleitorais adiro a eles com empenho, com uma atitude positiva, séria, sempre séria. Arrumarei agora as matérias mesmo deixando para o ponto seguinte algumas delas.

Primeiro, de forma muito sumária, saudar todos, agradecer a todos o trabalho. Para mim foi um gosto enorme trabalhar com todos, com aqueles que continuarão, cá continuaremos, com aqueles que vão embora. Espero que sejamos todos felizes em qualquer condição porque a vida é mais importante do que todo o resto e apenas se

enriquece pelas coisas que fazemos nela. Ser autarca no nosso Município, no Executivo, na Assembleia Municipal, nos órgãos de Freguesia, são apenas notas de contributo para a comunidade onde escolhemos viver e notas de contributo para a nossa construção como seres humanos e como gente que procura ser feliz. Portanto, um abraço a todos, uma saudação a todos e, seguramente, nos encontraremos nos próximos anos em tantas condições que a vida nos vai trazer.

Em segundo lugar, uma nota de explicação para aquele ofício que o Sr. Presidente referenciou no princípio, o ofício da DGAL, que é tão só uma coisa óbvia. Já respondemos à DGAL, como não podia deixar de ser, mas nem era preciso porque a DGAL sabe que tivemos uma execução orçamental inferior a oitenta e cinco por cento; e todos nós sabemos. A DGAL tem apenas que cumprir o preceito da notificação e nós temos que cumprir o preceito da resposta. Tem a ver com o facto de nós termos tido previsão de encaixe do FAM, do empréstimo do FAM, que não se executou e que se começou a executar este ano, em Fevereiro. Deriva daí essa nossa circunstância que se ultrapassará já este ano, na execução de dois mil e dezassete, e, seguramente, na execução dos orçamentos dos próximos anos.

Deixar uma nota muito simples ao Filipe Guerra. Quem ouve o que leu, independentemente de quem escreveu, pergunta como é que pode apoiar o Governo do país como apoia, um Governo capitalista, um Governo europeu, um Governo do Euro. Mas, de facto, há coisas na política que não são compreensíveis. Como é que a contradição tão violenta dói tanto, é tão duro ouvir certas coisas contra o capitalismo e contra Portugal e contra a Europa, o mal que a Europa faz a Portugal e o deus me livre. Oito mil milhões são um bocadinho menos que três por cento da nossa dívida. Nós pagamos oito mil milhões de euros de juros não é porque andamos maluquinhos é porque a nossa dívida é quase duzentos e quarenta mil milhões de euros. É por isto que pagamos juros porque ninguém empresta dinheiro a ninguém sem cobrar um jurozinho por muito baixo que ele seja. Esse valor é muito pequenino ao pé do grande valor que continua a crescer mês após mês e que se vai aproximando de duzentos e quarenta mil milhões de euros que é quanto este país deve a uma série de gente e de entidades que nos vão emprestando dinheiro que é aquilo que é a dívida. Nós ficámos a dever e temos que pagar uma remuneração àqueles que nos emprestam. Nada de mais banal que é o que nós fazemos quando recorremos a um empréstimo bancário.

Ao António Neto quero dizer-lhe que é a grande nota negativa desta Assembleia Municipal; grande mesmo. A grande nota negativa daquilo que aconteceu aqui. Acho que foi uma Assembleia Municipal muito positiva na nossa relação, no fundo ocupar uma parte do nosso tempo com a dialética entre quem governa, a Câmara, e a Assembleia, acho que tivemos exercícios muito positivos, poucas vezes no faltou tempo para falar mais. Faltou de vez em quando? Faltou, é verdade, mas não foi assim tantas vezes como isso, enquadrados naquilo que são as regras das câmaras portuguesas. Eu aconselho, principalmente aos próximos autarcas, quando tivermos que pensar no regimento da Câmara que não temos e da minha parte espero que continuemos a não ter, e do regimento da Assembleia que temos e que espero que continuemos a ter, que façam primeiro um processo de análise comparada com as outras trezentas e sete Assembleias Municipais do país, com o regimento da Assembleia da República, e vejam que nós apenas somos iguais ou muito parecidos com todos os outros ou com a esmagadora maioria. Com uma coisa muito boa, acho que devemos continuar a reunir à noite porque hoje já são muitas, muitas mesmo, as assembleias municipais que reúnem em pleno dia, de manhã e à tarde. Acho que das muitas coisas aveirenses, além da nossa dialética que gostamos de ter pela nossa luta pela democracia, somos gente trabalhadora, temos outras actividades, aqueles que não são profissionais como eu hoje sou como os colegas

que comigo exercem funções executivas, têm a sua profissão e acho que devemos manter esta nota saudável de trabalharmos à noite nos exercícios da Assembleia Municipal. No entanto, cresce muito em Portugal o número de Assembleias Municipais que se realizam em pleno dia e as pessoas têm que arranjar a dispensa de serviço, nos termos que a lei permite, para poderem compatibilizar a sua vida profissional com a sua actividade de autarcas. De facto, a única coisa assim muito drástica que tivemos foram as três renúncias de mandato dos três primeiros autarcas do Bloco de Esquerda que aqui trabalharam connosco e que de repente renunciaram ao mandato por questões ligadas à vida interna do Bloco de Esquerda. Foi a nódoa que ficou nesta nossa dialética, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal: três renúncias de uma assentada é muito raro. Além do mais, há dias pedi para me fazerem uma pesquisa na nossa história democrática em Aveiro e não foi encontrada, não garanto em absoluto porque não pedi para fazerem uma pesquisa exaustiva, nenhuma nota deste género. Três renúncias de uma só assentada num partido que ainda por cima só cá tem um membro é um bocado anormal. Julgo que é a grande nódoa democrática, seguramente com a legitimidade de quem o fez como é normal.

Dr. Jorge Nascimento, de facto, a floresta foi uma tragédia muito grande. Eu só tenho muita pena do Senhor não ter estado na apresentação do dispositivo do Distrito de Aveiro que foi no nosso Centro de Congressos onde tive muito gosto em ter recebido o Sr. Secretário da Administração Interna que esteve cá connosco e onde eu disse que desejava que toda a gente trabalhasse muito pouco, que tudo corresse muito bem.

Mas também disse, em português claro, que a probabilidade do ano ser muito pior que o ano passado era muito maior porque nada de bom tinha sido feito em Portugal para melhorar a gestão da floresta portuguesa. Até a própria reforma legislativa, na altura disse isto em português medianamente claro, ainda estava no forno da Assembleia da República, e nem um único diploma saiu. Os diplomas da tal reforma que começou o ano passado por causa dos incêndios do ano passado que tiveram uma magnitude muito relevante, obviamente que menor que a deste ano. Solução do Governo? Leis!

Vamos fazer uma reforma legislativa. A floresta portuguesa não vai lá com reformas legislativas. São precisas? São. Mas não como esta que não vai ajudar em nada de relevante. É preciso investimento, presença do homem na floresta, um investimento predominante na prevenção face ao combate e com uma acção forte dos autarcas portugueses juntos dos proprietários que não tratam das suas propriedades como existe em Aveiro e não existe em muitos municípios do nosso país. Isto de escrever cartas a um cidadão que não toma conta das suas responsabilidades é muito lindo mas há muita gente que prefere não o fazer. Senhor Dr. o que é preciso é que o país apanhe juízo de uma vez por todas, tenha coragem para fazer aquilo que é preciso fazer e não andemos a choramingar os mortos que morreram porque todos os anos há mortos, apenas este ano foi mais chocante porque morreu gente demais, acabei de dizer uma asneira porque morrer uma pessoa de forma trágica é sempre demais, mas foi “demais-demais” como sabemos. Isso choca mais. Agora, sejamos objectivos. O país tem que mudar, radicalmente.

Aquilo que o Primeiro-Ministro nos disse, o compromisso que assumiu comigo e com os conselheiros que com ele trabalham no Conselho de Concertação Territorial, quando eu no último Conselho, em pleno incêndio de Pedrógão, em plena crise gravíssima, pedi desculpa a todos, mas disse que tinha de fazer uma intervenção sobre a floresta portuguesa e sobre os incêndios, sempre cuidadoso, foi «o Ribau Esteves tem razão mas falaremos sobre essa matéria a partir do dia dois de outubro porque há muitas medidas e muitas acções que temos que tomar que são politicamente incorrectas e temos que as deixar para o dia dois de outubro». Tenho o Primeiro-Ministro como um homem sério,

habilitoso politicamente, muito, porque só ele é que era capaz de gerir uma geringonça, e vamos ver como é que começa a conversa no dia dois de outubro. Compreendendo eu bem porque é que ela não pode começar antes do dia dois de outubro. Percebo isso perfeitissimamente e acenei ao Primeiro-Ministro, em pleno Conselho de Concertação Territorial, na última reunião que tivemos, em plena segunda-feira da grave crise do incêndio de Pedrógão.

E gostava de lhe dizer que o Turismo em Aveiro é um grande sucesso. Lamento muito esta sua atitude, Senhor Dr. que é mentirosa e que desvirtua a verdade. Eu nunca disse que a taxa turística, o fim da taxa turística, teve como consequência o sucesso do turismo em Aveiro. Nunca por nunca. O que eu disse é que o fim da taxa turística foi um contributo muito importante para isto. O importante não é a receita de per si. O importante é que nós fizemos as pazes com os hotéis; eram guerras na comunicação social todas as semanas, na nacional e na estrangeira, nomeadamente na espanhola. Eram contenciosos brutais, se quiser consultar os processos de contra-ordenação, o Sr. Dr. ainda por cima é da área, consulte; entre a Câmara e quase todos os hotéis do nosso Município. Era um negativismo que não ajudava no turismo. Nenhum destino turístico no mundo seja relevante e cresça, mesmo que seja pequeno, como ainda somos um destino pequeno, nenhum é relevante, nem cresce, se for produtor de más notícias. Isso não existe, Sr. Dr., não existe mesmo. Nós demos um contributo e demos um contributo com mais coisas. O Rossio é muito importante? É muito importante. E o moliceiro também? É sim senhor. E agradecemos não só ao Dr. Alberto Souto mas também ao Dr. Girão Pereira, é não sei a quem que inventou esta coisa de termos o Porto de Aveiro, na sua primeira localização, na cidade de Aveiro. Temos que agradecer a tanta gente durante quase um milénio. É um bocadinho fastidioso e não há tempo para nós andarmos a agradecer a tanta gente que fez tantas coisas boas para que os nossos moliceiros andem e sejam um grande sucesso. Mas demos ao Cais da Fonte Nova vida nova; alguns dos nossos principais eventos, de cartaz, são no Cais da Fonte Nova. Não sei se viveu o Festival dos Canais do ano passado e deste ano; não sei se foi a S. Jacinto e viveu o festival Dunas de S. Jacinto. Não sei se conhece o “Boas Festas em Aveiro”. Não sei se foi à Feira de Março nos últimos anos. Não se, de facto, se uma pessoa que diz estas coisas e que estão completamente fora da verdade, viveu estas coisas. Tenho-o como um homem sério mas na política e aqui o Sr. nem parece a mesma pessoa, com as coisas que vem aqui dizer, com as efabulações que vem aqui fazer. Os dados estão publicados em vários sítios e vamos publicar mais. Batemos recorde em dois mil e dezasseis e estamos a voltar a bater em dois mil e dezassete nos museus de Aveiro, em todos os museus de Aveiro; da Troncalhada a Santa Joana. O Teatro Aveirense fez, em dois mil e dezasseis, o melhor ano desde que reabriu em dois mil e três; vamos ter mais informação, um dia destes, sobre as performances em dois mil e dezassete do Teatro Aveirense. Tivemos hotéis na época baixa que há dois anos faziam trinta por cento de taxa máxima de ocupação a fazerem setenta por cento, em Janeiro, Fevereiro e Março. A nossa restauração, o nosso comércio, todos eles estão a crescer, todos eles estão a contribuir para este crescimento notável que Aveiro está a fazer. Esta é a nossa objectiva verdade, esta é a nossa objectiva realidade e nós termos o maior gosto em ter dado, em continuar a dar, e vamos continuar a dar, um importante contributo naquilo que é agradável e bom. A telenovela da SIC é uma grande ajuda, entre tantas ajudas. Em quatro anos, Sr. Dr. foi investido um milhão e meio de euros em campanhas de marketing que nós conseguimos ajudar a criar e a executar lideradas pela Polis Região de Aveiro, pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e pela Turismo Centro de Portugal. Foi um milhão e meio de operações de marketing maioritariamente fora daqui pois não seria aqui que faríamos marketing territorial para conquistarmos consumidores para a nossa

terra. Somos um importante contributo; fomos um importante contributo e vamos, de certeza, continuar a ser.

O Manuel Vieira vem aqui nestes calores desta época e então em Eixo-Eirol a temperatura está lá bem alta. Falaremos de avaliação onde vale a pena. Saiba, Manuel Vieira, que podia ter vindo aqui agradecer à Câmara ter pago a dívida à Junta de Eixo-Eirol que tinha a segunda maior dívida per-capita da Câmara às nossas Juntas de Freguesia. Uma vergonha. E se, hoje, a Junta faz uma série de coisas faz porque teve uma Câmara que lhe deu uma carrada de dinheiro, além dos contractos de delegação de competências, assinados de comum acordo, entre a nossa Junta e a nossa Câmara; as estradas que pavimentámos e que alargámos, de comum acordo. Agora, como daqui a três meses quer ver se ganha outra vez em Eirol, como ganhou há quatro anos, vem aqui fazer um happening para tentar ficar bem na fotografia da campanha eleitoral que todos temos pela frente e que estamos todos a viver com grande alegria e com grande entusiasmo. Nós muito mais alegres e entusiasmados porque é um colega seu do actual executivo que é o nosso candidato à Junta de Freguesia de Eixo-Eirol. No entanto, nunca isso perturbou continuarmos a trabalhar com todo o respeito e com toda a cooperação institucional com a Junta de Freguesia, nomeadamente com o seu presidente com quem trato a maior parte das matérias. Você trata de tão poucas coisas e vezes com a Câmara, trabalha tão pouco connosco que até chama Carlos a um Vereador que é Jorge. Eu compreendo isso porque lidamos muito pouco consigo, V. Ex.a lidou muito pouco connosco e, portanto, é natural que nem sequer saiba o nome do Vereador que lida todos os dias com todo os Presidentes de Junta. Eventualmente dará um bom padrinho porque também sabemos que V. Ex.a é boa gente apenas estas questões do socialismo muito fervoroso causa-lhe alguma perturbação que é natural na época que estamos a viver e perfeitamente respeitável.

Queria deixar como nota final uma referência importante, chamando a atenção de todos nós que seremos autarcas no próximo mandato, aliás o Primeiro-ministro falou disto há dias, que é o processo da descentralização. A descentralização está parada porque a Assembleia da República a parou, os municípios portugueses continuam a trabalhar na descentralização, a ANMP não parou um só dia de trabalhar no dossier. Quem parou foi a Assembleia da República e foi o Governo. Nós, autarcas portugueses, estamos e estaremos atentos, activos, empenhados a trabalhar neste processo tão importante para o país. Só nos dedicamos muito a ele porque ele é, de facto, muito importante para o país: dar mais competências, mais recursos financeiros e não só, aos municípios portugueses, às freguesias portuguesas como gestoras daquilo que é o interesse público e o serviço aos nossos cidadãos. Fica este exortar da nossa atenção, da nossa intensidade no próximo mandato para esse dossier tão importante que temos que fechar rapidamente até ao fim deste ano ou princípio do próximo porque acabamos a nossa eleição e o país entra imediatamente em pré-campanha e campanha eleitoral para as eleições seguintes, embora a vivência eleitoral seja vivida diariamente.”

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, que assumiu de imediato os trabalhos da Sessão.)

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰²¹

Presidente da Mesa⁰²²

Vogal António Neto (BE)⁰²³

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 20JUN17 a 04SET17.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁵ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Duas ou três notas de destaque em relação à informação e a este período grande, rico e intenso de actividade.

Em primeiro lugar, em relação ao primeiro ponto da informação que vos enviei e a um momento muito importante que foi a execução formal do Programa Municipal de Apoio às Associações, que aqui aprovámos no seu respectivo regulamento, e que nos permitiu financiar e assinar contractos de financiamento para a actividade de cerca de quatrocentas e cinquenta associações do nosso Município e que vinham a viver, como sabemos, um intervalo longo, em média de sete anos porque o intervalo não foi igual para todos, neste tipo de relação com a nossa Câmara Municipal. Todos sabemos as condições, tivemos uma proibição legal para desenvolvermos este tipo de actividades com excepção do trabalho com os nossos bombeiros, Bombeiros Novos e Bombeiros Velhos com quem protocolámos desde dois mil e catorze já que a lei confere essa excepção dada a importância da vida dos bombeiros para a nossa comunidade. Conseguimos ultrapassar a limitação legal com a aprovação do nosso PAM e, principalmente, com a aprovação do Mapa dos Fundos Disponíveis que nos permitiu passar a cumprir a Lei dos Compromissos e pelo facto de termos os Fundos Disponíveis positivos permite-nos fazermos as despesas que muito bem entendermos, o tal reganhar a autonomia. Com base nas candidaturas que foram presentes, num trabalho flexível em relação à regra e em relação aos prazos, precisamente por força desse intervalo e por ser a primeira vez que as Associações usam o actual instrumento de apoio, o actual Regulamento Municipal de Apoio às Associações, faremos um balanço muito positivo desses passos, sabendo que procurámos deixar este contributo somado ao contributo do pagamento da dívida que já tínhamos executado com as dívidas mais pequenas logo nos primeiros pagamentos do PAM às dívidas maiores, basicamente eram as nossas IPSS's a quem a Câmara tinha dívidas de maior monta. Conseguimos materializar este conjunto de apoios a somar àqueles que demos e que vamos continuar a dar nomeadamente em termos de logística, em termos de apoio de transportes, de apoio técnico a vários níveis, com as competências que a Câmara tem para apoiar em termos de manutenção dos equipamentos nomeadamente as nossas associações. Mas todos temos consciência que o apoio financeiro tem uma grande para as associações e é muito importante para a comunidade na medida em que boa parte do trabalho que as nossas associações desenvolvem tem relevante interesse público e isso justifica a nossa opção política de conferirmos estes apoios. Esta foi a nossa opção, um elemento de bandeira nesta transição de uma Câmara com graves restrições legais para uma Câmara que reganha plena autonomia. Prosseguiremos este trabalho de acompanhamento à execução, seja nos apoios mais pequenos da actividade regular, seja nos apoios de maior monta a grandes investimentos de que somos parceiros das nossas Associações, nomeadamente as obras de instalação do relvado sintético no campo do Barroca, na Póvoa do Valado, ou no campo do Estrela Azul em Cacia, que estão em plena execução, ou uma obra da qual nos honramos muito em sermos parceiros, de honrar a nossa palavra que demos ao Bonsucesso há três anos, quando o Bonsucesso decidiu bem balançar-se sozinho com os

seus recursos e o empréstimo bancário que contraiu para fazer o investimento que executou, mas nós assumimos o compromisso de logo que pudéssemos, logo que ganhássemos essa possibilidade legal estaríamos a pagar todo esse investimento como já o começámos a fazer nos termos deste mesmo documento.

Partilhar convosco esta nota que quer dizer este conjunto de coisas que espelham a capacidade que tivemos para chegarmos até aqui e para voltarmos a ser um importante parceiro, também, na cooperação financeira com as nossas Associações.

Uma outra palavra e última para o arranque do ano lectivo. Estamos a arrancar o ano lectivo, a semana do arranque, de forma mais consolidada, é na próxima semana, no âmbito do mecanismo do ano lectivo que o ministério instalou e que determina que as actividades regulares tenham que começar entre o dia oito e o dia treze de setembro. As coisas estão a decorrer com toda a normalidade. Dar-vos esta palavra de presença da nossa Câmara cumprindo as suas obrigações na comunidade educativa mas com uma referência especial para duas obras que começaram durante o mês de agosto. São duas obras importantes pelas quais lutámos, não apenas nós mas também os nossos antecessores e muitos professores, há muitos anos, e que são as obras da Escola Jaime Magalhães Lima e a Escola Básica de 2º e 3º ciclo João Afonso de Aveiro. São duas operações delicadas porque a actividade dos dois empreiteiros vai conviver com as aulas e a actividade lectiva. Obviamente que todas as medidas estão tomadas para cuidar bem dessa boa convivência. Há sempre incómodos, não é possível gerir estas operações sem incómodos, mas todo o trabalho foi feito em equipa; a Câmara, todos os agrupamentos representados, o Ministério da Educação que é nosso parceiro por contrato destas operações além do nosso financiador principal que, como sabemos, são os Fundos Comunitários do Centro2020, e, obviamente, o empreiteiro e a empresa de fiscalização. Contratámos, para estas duas operações, uma empresa de fiscalização residente, privada, para garantirmos uma fiscalização residente em permanência para levarmos ao mais elevado nível possível a exigência da execução do projecto, da obra face ao projecto, mas também essa boa condição permanente das medidas de compatibilização das obras com o funcionamento do ano lectivo. Deixar-vos este testemunho, com uma palavra de agradecimento e reconhecimento a toda a comunidade envolvida nestas operações, sabendo que foram feitas várias outras intervenções de pequena monta em muitas outras unidades escolares para que as condições estejam reunidas para receberem a nossa gente, os nossos alunos, os nossos profissionais, e para o ano lectivo arrancar bem.

Uma matéria que nos trouxe várias vezes ao debate político com a nota que desde o dia um de setembro as vinte e duas auxiliares da acção educativa, ou como diz actualmente a lei, assistentes operacionais, que foram colocadas nos nossos Jardins de Infância, terminando um longo processo em que se candidataram mais de duzentas e vinte pessoas e nós procurámos escolher as vinte e duas melhores pessoas para que terminasse uma precaridade inadmissível, que nalgumas delas já ia em quinze anos. Como o país não tem lei nova para resolver o problema da precaridade na administração local nós resolvemos o problema da precaridade. Contratámos, estão a trabalhar. Eu próprio fiz questão de ter a primeira reunião de trabalho no dia um de setembro, às nove da manhã, com as nossas vinte e duas novas colegas, precisamente para lhes dar uma palavra, para lhes dar as indicações dos princípios do nosso funcionamento. Depois, cada uma delas foi para o seu agrupamento e para o seu Jardim-de-Infância. Esta é uma nota de qualidade muito importante primeiro no tratamento das pessoas que têm um trabalho importantíssimo de apoio à educação, ao cuidar bem, das nossas crianças mais pequenotas entre os três e os seis anos e que frequentam os Jardim-de-infância da rede pública. Uma relação de trabalho estável é, seguramente, um elemento de motivação

muito importante para estas nossas novas colegas. Fiz questão de lhes dizer que temos a consciência tranquila que escolhemos as melhores e que o concurso nos propiciava, e que seja agora, na execução da actividade, nos três primeiros meses que são de estágio, são probatórios, haverá uma avaliação no final dos três primeiros meses, e que seja a prova dos nove, como lhes disse, que comprove que a nossa conta da escolha estava certa. E o mais importante, que tenham uma boa e longa carreira e que contribuam para que esta comunidade educativa do nosso Município, os nossos cidadãos mais pequeninos e que são um património muito especial para todos nós possam ter um cuidar de elevada qualidade.

Quis destacar, com estas referências, este arranque do ano lectivo que estamos todos a viver."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de lhe comunicar que achei absolutamente grosseira a intervenção que o Senhor Presidente de Câmara fez no ponto anterior e a forma como fez um ataque “admoni” ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia. Sinceramente foi muito baixo e apenas serve para catalogar quem o proferiu — e é com profundo desgosto que sou obrigado a tomar esta opinião.

Senhor Presidente da Assembleia nós em Aveiro reparamos que há diversos problemas na vida do município e gostaríamos de nesta assembleia municipal elencar quatro. O primeiro prende-se com a situação com que estão os passeios das ruas Conselheiro Luís Magalhães bem como Eng. Von Hafe. Uma obra que de facto teve impactos que são reconhecidamente positivos, têm neste momento diversas insuficiências que se notam.

Consideramos e denunciámos também a situação em que está o Bairro da Beira-Mar e o cartão dos moradores. Que na realidade não tem possibilidades de terem acesso áquilo que pretendem com o cartão de morador, que é ter um lugar quer de dia quer de noite são diversas as denúncias dessa situação.

Nós no PCP também revelámos uma grande preocupação e também já o expressámos publicamente, em relação áquilo que são diversos espaços ajardinados no município de Aveiro. Referimo-nos nomeadamente na rua Aires Barbosa, Sebastião Magalhães Lima, Egas Moniz, Artur Ravara, Parque de Santiago, Urbanização Chave, Avenida Sá Carneiro, Avenida Dr. Orlando Oliveira, rua São Martinho, Rua Aviação Naval, Adelino Amaro da Costa, Rua de Espinho, Rua Dr. Alberto Souto, etc. São tudo ruas que têm as situações de jardim que não estão a ser mantidos e há até situações de incúria de relva que não é tratada, enfim.

Chamamos igualmente a situação para que se encontra a Avenida Dr. Lourenço Peixinho em que nos chegam informações das roturas de irrigação na mesma.

Terminava para já com a seguinte preocupação. É notícia e está plasmado na comunicação do Senhor Presidente, que houve reparações quer no Canal das Pirâmides, quer na comporta do Canal do Paraíso. Os gastos apresentado previsíveis apontam para 900 mil euros!? Recordamos que em 2014 esta mesma Câmara Municipal fez uma venda por hasta pública das concessões dos operadores de moliceiros na Ria por 1.2 milhões de euros para um prazo de 5 anos. Nós da nossa parte já aqui manifestámos nesta Assembleia Municipal e manifestamos uma preocupação muito grande em relação áquilo que são as características de navegabilidade que deve ser feita no Canal Central bem como noutros Canais da Ria de Aveiro, pelos custos que isso poderá ter ao município, pela destruição dos mesmos e na desvalorização do património municipal. Há uma necessidade de uma fiscalização efectiva porque não é suportável que a Câmara de

Aveiro ciclicamente tenha de suportar obras de centenas ou mesmo milhões de euros nas reparações dos muros, eclusas e comportas da Ria. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [028](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. No dia 4 de setembro a Câmara municipal de Aveiro realizou um ajuste directo para a construção de uma estátua de Eça de Queirós feita em 15 dias. Atendendo às datas e proximidades das eleições, esperamos que a Câmara Municipal aproveite eleitoralmente este facto, mantendo uma prática corrente nas modas eleitoralistas. Perguntamos se a Câmara Municipal de Aveiro continuará a anunciar projectos que os aveirenses tanto necessitam a poucos dias das eleições, como o é a necessidade de remodelação da USF de São Bernardo?

Uma outra questão tem a ver com a rotunda da Junqueira. Depois do Bloco de Esquerda solicitado à Câmara de Aveiro, sobre a fase da obra e da perigosidade da ciclovia o executivo responde que ainda não está concluída! Não estando pronta por que é que já está em funcionamento? Para quando o arranjo da ciclovia para os seus utilizadores? Não era este executivo que criticava os seus antecessores de fazerem tudo à pressa e com incompetência.

Outro ponto importante serão os prédios degradados em Aveiro. A Câmara identificou 325 imóveis degradados. São muitos prédios que colocam em risco quem lá pode viver, os vizinhos e quem passa na rua. Já vários prédios caíram recentemente em Aveiro o que demonstra que a autarquia não tem defendido a população nesta matéria. Um prédio não pode chegar ao ponto de cair e causar vítimas sem quem a autarquia tome uma ação.

Na comunicação do Presidente apenas se fala na necessidade dos cidadãos proprietários cumprir as suas obrigações de conservação dos seus imóveis. É de facto uma necessidade e uma obrigatoriedade. Mas face à realidade é uma medida curta e pouco eficaz. Se há prédios que colocam em causa a segurança da população a Câmara Municipal têm de assumir as suas obrigações e agir com os seus ao seu dispor, seja de comum acordo com o proprietário ou de forma compulsiva.

A segurança da população tem de ser assegurada. Não podemos ter mais prédios a cair. O estado a que chegámos com 325 imóveis degradados, são reflexo de políticas contrárias ao direito à habitação em Aveiro. Políticas que promovem a especulação imobiliária e que deixam crescer prédios maiores. De políticas dando borlas de mais pisos contrariamente ao PDM. Políticas que não fomentam a reabilitação urbana e a efetiva ocupação dos prédios parados para habitação.

Um outro ponto que gostaríamos de falar relativamente à sinalização horizontal das paragens dos autocarros. Perguntamos porque é que a Câmara Municipal está a gastar dinheiro com as pinturas das paragens dos autocarros? Não fez a concessão desse serviço? Estranhamente quando os transportes eram públicos e propriedade da Câmara não havia nenhum investimento. Agora que os concessionou a uma empresa privada a Câmara gasta dinheiro público para melhorar essas condições. É no mínimo estranho esta política do lucro privado e do investimento público. Obrigado”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) [029](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [030](#)

(Entretanto deu entrada na sala o vogal sucedâneo Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal)

Vogal Manuel Vieira dos Santos (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Senhor Presidente, apenas para pedir desculpa ao Vereador Jorge Ratola porque lhe confundi o nome com um colega meu de trabalho. Mas também para dizer aqui ao senhor presidente da Câmara que não sou político nem uso politiquices. Estou apenas pela causa pública e pelo bem á minha terra. Obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)[032](#)

Vogal Francisco Picado (PS)[033](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[034](#)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. A minha primeira palavra, como obviamente não podia deixar de ser, é associar-me ao repúdio e ao modo deselegante, escaurreiro, com que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se referiu ao representante da junta de freguesia de Eixo/Eirol. Ao Senhor Presidente, não o eleva a utilização de tais termos e não eleva, de modo nenhum, o debate nesta Assembleia. Portanto com toda a franqueza lhe digo: não é algo que prestigie a Câmara Municipal de Aveiro e o Senhor Presidente. Não vou fazer alusão na comunicação da actividade municipal àquelas matérias que pressupõe que a partir de 1 de Outubro continue como Presidente, obviamente. Porque estou democraticamente e convictamente, no pressuposto de que o não será de futuro. Mas quero fazer três alusões que manifestamente não têm a ver com isso.

A primeira das quais, não posso deixar de repudiar, que (e compreende-se esse enquadramento) que o Senhor Presidente utilize em clara violação da lei na matéria da “Comunicação do Presidente” para se expressar enquanto candidato. Porque quando o Presidente da Câmara escreve no documento que “o presidente da câmara municipal de Aveiro se disponibiliza” neste caso ao PCP, mas poderia ser a qualquer força politica, “para prestar todos os esclarecimentos sobre matérias da Câmara bem como do candidato Ribau Esteves...”. Bem, o candidato Ribau Esteves utilizará todos os meios que quiser para responder aos partidos, mas o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro é outra entidade que não o candidato Ribau Esteves. Perdoar-me-á, mas é isso que a lei lhe impõe, nomeadamente, o artigo 41.º da Lei das autarquias locais.

O Senhor Presidente confunde a qualidade de Presidente de Câmara e de candidato. Não sou eu que pedagogicamente possa alterar esse seu entendimento. Não tenho essa ilusão. Mas gostaria que o Presidente da Câmara da minha terra se não confundisse com o candidato.

Segunda matéria, uma pergunta muito concreta. O Senhor Presidente diz que, os serviços da Câmara identificaram 325 imóveis degradados e que procedeu a 259 notificações com 242 respostas! Pergunta muito concreta é, se algum destes prédios oferece algum perigo e que medidas estão a ser tomadas? Na medida em que 66 desses 325 nem sequer foram notificados. Portanto aparentemente teriam que ser todos os 325 notificados — não o foram e faltam ainda algumas respostas.

Terceira e última nota. Refere-se à reposição da verdade histórica (e eu acho que é relevante) porque muitas vezes o partido que represento foi muito crítico da ação do mandato de Élio Maia, mas quando aqui refere (e saúdo a Câmara por ter atualizado o memorando com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça relativamente à ocupação do Convento das Carmelitas) e vale a pena referir, e é a verdade histórica, que Aveiro tem um Tribunal Administrativo e Fiscal também graças à ação do Presidente Élio Maia.

Porque eu quero recordar o seguinte (e tive intervenção directa devido às minhas funções, como se sabe) encontrei hoje um artigo do então jornalista do Público Rui Batista, que recordava que o então Ministro da Justiça (esse sim a quem devemos a reposição dessa justiça a Aveiro) que aconteceu em Abril de 2006, foi o Ministro Alberto Costa ter vindo a Aveiro anunciar que a Jurisdição Tributária que havia sido esbulhada a Aveiro para Viseu, seria reposta em Aveiro.

E foi precisamente quando veio, que se apercebeu das digníssimas condições infraestruturais que estavam propiciadas para esse Juízo que admitiu a possibilidade de aí vir a instalar o Tribunal Administrativo e Fiscal. Como se sabe todo o parque Judicial na altura, partia do pressuposto de uma parceria público privada relativamente à edificação do Campus da Justiça em Aveiro.

Manifestamente essa via foi preterida pelo governo subsequente e não é crível que haja nos próximos anos seguimento a essa medida. E, portanto, a não ter sido essa intervenção decisiva, manifestamente teríamos ter tido o risco de não ter tido na altura e depois com os constrangimentos de colocarem em crise essa solução. E, portanto, presto este meu reconhecimento histórico da reposição da verdade histórica, pois li algumas críticas que considereei infundadas à atuação do Presidente Élio Maia. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Paiva Martins (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente, muito obrigado. Este país está a atravessar uma fase muito interessante. É uma fase em que apenas determinados grupos é que podem falar — os outros não podem. Dá-se até o caso de alguns dos grupos que podem falar terem palavras muito bonitas para dizer. Muito cultos, recorrem a todas as capacidades que a língua portuguesa tem para ofender, sem dizer que estão a ofender. E depois, quando alguém responde de uma forma directa e utilizando linguagem corrente ficam muito machucados!

O Senhor Presidente da Câmara tem um estilo próprio de intervenção que todos, há pelo menos quatro anos, nesta Assembleia conhecem. Todos. E portanto não vejo onde esteja a surpresa, o espanto, eu diria até a revolta por se saber que o Senhor Presidente responde de forma directa às invectivas que lhe são dirigidas.

Portanto as invectivas, os nomes que lhe chamam de forma escondida, essas acham-nas perfeitamente válidas. As respostas directas do Senhor Presidente da Câmara não são! É um tipo de democracia muito interessante que se está a instalar no país!? Vivemos tempos de facto muito curiosos. Eu tenho tempo suficiente para ver que já nada me surpreende.

O Senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade em responder aos ataques que lhe são dirigidos. E quando responde, eu não vi nenhuma ofensa nas respostas que deu hoje. Nenhuma ofensa comparado com as ofensas que eu tenho visto, ditas por altos responsáveis da nação, o senhor Presidente da Câmara ainda é um anjinho. E tem a grande vantagem que pelo menos não disfarça.

Deixe-me dizer-lhe ainda outra coisa Senhor Presidente. Eu hoje reparei, certamente estamos em boa altura, que mais uma vez se confirma um velho ditado que diz “presunção e água benta cada um toma a que quer”. Portanto o Senhor Presidente esteja tranquilo que as coisas lá serão levadas ao seu moinho, como aliás prova o documento que nos apresenta hoje,

Eu acho absolutamente espantoso, que ninguém na oposição reconheça a esta Câmara a capacidade que ela teve de devolver o bom nome à Câmara. Como isso fosse uma coisa de somenos. Eu atendo que de parte de partidos que dizem que nós não temos de pagar a dívida, já nada me espanta. Mas da parte de partidos responsáveis que entende até que temos responsabilidades do estado em que nos encontramos, nós enquanto povo, enquanto eleitores de representantes que nos conduziram ao estado onde nos encontramos, já me parece um pouco mais estranho.

De facto se hoje em dia é possível apresentar este relatório de atividades que foi apresentado, se hoje em dia é possível dizer que foram feitos acórdãos com associações, que foram feitos contratos delegações de competências com as juntas de freguesia, que estão em andamento obras no Parque Escolar, que estão em andamento obras relativamente às infraestruturas de saúde, que a Câmara finalmente pode dedicar-se mais às questões sociais pois há meios financeiros para elas, nomeadamente pelas obras que estão a ser feitas em Santiago. Se tudo isso foi possível e ainda dinamizar a Cultura em Aveiro, apesar das vozes da desgraça que foram levantadas quando foram tomadas medidas para as dinamizar – tudo isso só foi possível porque antes de tudo isso se restaurou a credibilidade da Câmara. Não teria sido possível de outra forma. Bem podem dizer o contrário, mas então gostava de saber onde teriam ido buscar os meios financeiros existindo as Contas da Câmara penhoradas por credores.

Portanto o Senhor Presidente o que tem de mostrar aos aveirenses é em primeiro que tudo (e que a todos nos devia orgulhar) é o facto de a Câmara Municipal de Aveiro neste momento ter bom nome na praça. Com sacrifícios que todos nós fizemos é evidente. Naturalmente foi com sacrifícios que todos nós fizemos porque era o estado em que a Câmara se encontrava. E depois, uma vez resolvido esse problema, então vamos à resolução dos outros problemas. Que estão a ser resolvidos, como aliás este ultimo relatório prova. E como aliás prova a intervenção da oposição na discussão deste relatório.

Deixem só terminar com mais uma pequena achega. E esta é dirigida ao representante da junta de freguesia de Eixo/Eirol. Eu também não sou político sabe. Mas ando na política. O último político que não é político que eu conheci, teve quatro maiorias absolutas em Portugal! Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“Procurarei de forma objectiva e concreta responder a algumas questões deixando estas notas. Agradecer ao Henrique Diz a ajuda que agora me deu. Eu julgo que nós temos que nos respeitar uns aos outros e sinceramente acho que ninguém aqui faltou ao respeito. Na minha longa experiência política esta foi talvez a Assembleia Municipal mais tranquila com que eu até agora lidei. Vocês haviam de ver o que é que são assembleias assanhadas à séria mas nada aconteceu aqui a esse nível. Temos um nível de debate político muito elevado. Apenas acontece, muitas vezes, que quando a oposição leva assim um encontrão discursivo mais incisivo fica muito sentida. Mas cada um melindra-se pelo lado que a sua natureza propicia. Não está certo nem errado, eu estou absolutamente tranquilo na minha consciência pelo nível de educação que tenho com todos vocês, de respeitabilidade.

Tenho imensa pena de os partidos da oposição não terem aceite o meu convite para trabalharmos informalmente ao longo de todo o mandato. Aliás, o processo morreu aqui nesta sala numa reunião para a qual preparei com os líderes partidários na altura, fizemos as reuniões preparatórias e depois tentámos uma primeira reunião dos membros da Assembleia Municipal com os membros da Câmara em ambiência informal mas a

oposição decidiu toda, julgo que não será coincidência ter sido mesmo toda, não ter vindo. Foi uma pena porque, seguramente, teríamos tido espaços de diálogo e de interacção muito úteis para todos nós e especialmente para o nosso município. Todos temos consciência que os debates fazem-se aqui, é óbvio, as decisões tomam-se aqui, mas não é possível discutir com profundidade os temas que aqui trazemos e tantos outros que, pela sua natureza e pelo enquadramento legal, não trazemos, na ambiência formal. Julgo que ninguém está para aturar uma assembleia que se eternize. Eu defendo uma reforma total do poder local em Portugal, onde acabe o verdadeiro parlamento do poder local e que é o Executivo Municipal. As nossas discussões políticas aqui são muito interessantes mas estão sempre em segunda linha em relação às do Executivo Municipal, até por questões de cronologia porque as da Câmara acontecem primeiro e têm mais repercussão nomeadamente junto dos cidadãos pela acção da comunicação social. Eu sou contra isto há muitos anos porque acho que os Executivos Municipais devem ser de quem ganha a eleição em absoluto e a Assembleia Municipal deve ser um órgão com acção permanente, que reúna o tal 'x' que se tem que definir, não sei se uma vez por semana, uma vez por quinzena, enfim... seja o tal 'x', mas para ser, de facto, o tal órgão permanente, o verdadeiro parlamento porque o não é. O verdadeiro parlamento, onde além de mais os assuntos passam primeiro, é o Executivo Municipal. Achamos muitos de nós que isto está errado, já muitas vezes isto se tentou alterar, uma vez, em sede de votação final de um diploma, mas nunca se alterou. É aquilo que temos e é a vida. Eu acho que, de facto, é preciso valorizar a Assembleia Municipal politicamente mas não pode ser com o modelo que temos. Não é de todo porque ela está sempre secundarizada pelos debates políticos que temos duas vezes por mês, pelo menos, no Executivo Municipal. Ficam, portanto, a saber que eu sou contra isto, tenho posições públicas e escritas sobre isto há muito tempo, e continuarei a lutar como autarca e como cidadão para que isto mude. De facto, o Poder Local precisa de Assembleias Municipais com actividade permanente e de Executivos que são só executivos e que não são assembleia municipal, entre aspas, melhor dizendo, parlamento, onde há interacção entre a oposição e aqueles que têm entregue a si o poder da governação.

Portanto, tranquilos da vida, eu sinto-me bem com todos vocês. Estes episódios também são daqui porque sabeis bem que as nossas conversas fora daqui sobre política ou não são tranquilas, são civilizadas, há uma consideração mútua. Obviamente que depois, aqui, há algum 'palquismo' natural porque temos a comunicação social e temos que lhes agradecer a presença sempre, os munícipes uns dias mais, outros menos, e a malta tem que dizer umas coisas, tem que falar aquilo que bem entende para fazer a gestão política e tudo isso é absolutamente compreensível. Deixem é que o Presidente da Câmara faça a mesma coisa sabendo eu que houve aqui um passado recente que não era exactamente assim e isso foi muito mau. Agradeço muito a intervenção do Presidente David Paiva Martins com uma expressão muito violenta mas muito verdadeiramente expressiva no seu simbolismo, porque o manicómio não queria dizer que eram todos maluquinhos, obviamente que se trata de uma palavra simbólica mas muito expressiva perante uma organização objectivamente descomandada. E uma organização descomandada, meus caros colegas, seja o vosso escritório de advogados, seja o vosso parlamento, seja a vossa secretaria de Estado, o vosso hospital, a vossa empresa ou a vossa escola, seguramente não propicia profissionais felizes, seguramente não propicia serviço público de qualidade. Eu sei que isto perturba alguma gente mas felizmente Aveiro tem uma câmara comandada, com liderança, com equipa coesa, com um grupo de funcionários motivado, capacitado e empreendedor e que, além do mais, foi fundamental para nós atingirmos o bom nível deste mandato, com um bom resultado porque,

obviamente, os homens sozinhos nunca existiram, o jogo de equipa, o somatório de vidas e de capacidades, é fundamental nas organizações.

Filipe Guerra, de facto, os passeios que falou tiveram erros objectivos. Os da Rua Eng. Von Haffe e da rua Agostinho Pinheiro já estão consertados, terminou, hoje mesmo, uma intervenção correctiva. Sabemos que temos uma garantia de obra durante cinco e executaremos essa garantia para que as coisas funcionem bem. Os problemas da Beira-mar são conhecidos, temos um problema de policiamento na nossa cidade e no nosso Município e terão que ser tomadas novas medidas para gerir com um nível de equilíbrio mais alto naquilo que são os interesses dos moradores e aqueles que são os interesses de tantos utilizadores, são cada vez mais, que vão ao seu restaurante, ao seu passeio, numa zona onde há uma concentração comercial muito objectiva e muito forte, como todos temos boa consciência.

Os nossos jardins e as nossas calçadas são um problema delicado que temos que gerir. A nossa câmara tem vinte jardineiros e dois calceteiros. Não é possível, não é objectivamente possível, com vinte jardineiros e com dois calceteiros, termos a nossa área de jardins e a nossa área de calçada como nós queremos ter e que é permanentemente bem. Não é possível. Esperávamos que no exercício de afectação dos ex-funcionários da Câmara afectos à MoveAveiro e que transitaram para a nossa Câmara em janeiro deste ano pudessemos ter vários deles e que nos tinham sinalizado isso mesmo para reforçarem a nossa equipa de jardineiros; de calceteiro não tivemos nenhum que o sinalizasse. A verdade é que ninguém assumiu isto. A nossa Câmara precisa de ter uma equipa de jardineiros com uma dimensão de cerca do dobro desta e/ou contratar serviços a empresas privadas para termos sempre e a cem por cento os nosso espaços verdes da cidade e do município com a qualidade que todos queremos. Com as condições que temos, especialmente em época e pico de calor, onde é preciso regar mais, pico das férias porque os nossos jardineiros também não abrem mão e nós não temos instrumento legal, nem coração, para os proibir de terem férias ou, pelo menos, um período de férias no período do ano em que toda a gente quer ter férias. Se toda a gente tem coração, nós não dizemos, não podemos, não queremos e não o fazemos e legalmente é discutível que isso fosse possível dizermos aos nossos jardineiros que estão proibidos de gozar férias nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Isto não é humanamente aceitável e eu acho que nem sequer é legalmente possível. É um passo que temos que dar assim como demos, agora, o passo das auxiliares de acção educativa é preciso dar estes dois passos. Com um problema sério que as nossas Juntas de Freguesia também viveram: não há recursos humanos disponíveis em Portugal para certo tipo de actividades. Um dos problemas que tivemos na manutenção de alguns jardins, no corte de algumas ervas, foi que a empresa com quem temos contrato de prestação de serviços foi contratada pela maioria das nossas Juntas de Freguesia. Porquê? Porque quase todas elas não conseguiram o recrutamento quando lhes demos o dinheiro. Há hoje um problema sério em Portugal de disponibilidade de recursos humanos para fazerem certo tipo de funções. Isto é objectivo. Temos melhorado no desemprego? Temos, ainda bem e estamos todos felizes com isso e que continue. Não vamos baixar o desemprego a zero porque isso não é possível. O desemprego em Portugal nunca baixará dos quatro, cinco, seis por cento, pelos motivos que objectivamente todos conhecemos, embora a maior parte não goste de falar nisso em público. Eu agora não vou falar só por questões de tempo. A questão é que temos que arranjar uma solução para isto. Fluxos de emigração para Portugal não se perspectivam. O que poderá vir e está a vir da Venezuela ou do Brasil não é gente para este tipo de funções. E nós temos objectivamente um problema para resolver proximamente. Temos ideias se cá continuarmos como é nossa profunda convicção que será essa a opção dos nossos concidadãos, teremos que passar essa fase,

e teremos que trazer essas matérias aqui à Assembleia Municipal em termos de recrutamento porque sabeis que temos um Programa de Ajustamento Municipal, temos a Lei FAM que, por mais que uns sejam contra ela, continua em vigor e a maioria parlamentar não a muda, e nós temos que ter rigor e contenção em todas as despesas e há uma que é particularmente olhada e que é a despesa dos recursos humanos. Só que nós hoje temos cada vez mais uma Câmara desequilibrada com faltas, e estou-vos a dar dois exemplos de faltas objectivas, e com algumas áreas de excesso. Mas as pessoas que estão nas áreas com excesso não estão disponíveis, nenhuma delas, para serem jardineiros ou para serem calceteiros. Esta é uma questão objectiva que estamos a viver e, obviamente, temos que encontrar soluções realistas para que possa ser possível melhorar isto.

Dr. Jorge Nascimento, sobre Viseu, tomara eu. Viseu é uma das três Câmaras mais ricas do país; Aveiro é uma das três Câmaras mais pobres do país. Viseu é um das três câmaras melhor geridas no país nos últimos vinte anos. Aveiro é uma das três Câmaras pior geridas no país nos últimos vinte anos. Comparar Viseu com Aveiro é, de facto, um exercício de um desfasamento com a realidade. E eu fico por aqui em termos de referências.

Filipe Guerra só acrescentar uma coisa em relação à questão que o preocupa das eclusas e o movimento das embarcações que podem provocar uma erosão mais forte. Essa questão é verdadeira no que respeita aos muros. Não tem nada a ver o fim da vida da Ponte de S. João ou o fim da vida da eclusa do Canal do Paraíso ou da forte necessidade de manutenção na eclusa principal. Não tem nada a ver com processos erosivos, mesmo que fosse verdade que os moliceiros têm aí um efeito relevante, e nalgumas situações, como por exemplo no Canal dos Botirões que tem, neste momento, os muros mais degradados, estamos a acabar projecto para alcançar proximamente o concurso, é onde há menos navegação e moliceiros. Qual é o problema? São muros que estão degradados e que precisam de ter uma obra profunda de reforço da sua condição. Há outras matérias a ter em atenção. Nos próximos dois anos vamos ter que parar a operação marítimo-turística porque vamos ter que secar os canais para fazermos uma limpeza de fundos, para fazermos uma dragagem de limpeza. É obrigatório. Vê-se particularmente bem no Cais da Fonte Nova quando os moliceiros rodam o que sai do movimento das águas é negro, e não é porque as águas estejam conspurcadas, não, é porque o nível de depósito de lamas já está muito alto. Toda a gente sabe que vai ser preciso fazer esse projecto, anunciar com um ano de antecedência para que as empresas se organizem nas férias, nos compromissos com clientes, porque vai ser obrigatório fazermos essa dragagem de limpeza. É só isso, ninguém vai mexer nas cotas de fundo da obra que foi feita, e bem feita, há cerca de quinze anos.

A estátua do Eça de Queirós é algo que decidimos há dois anos. Não podíamos fazer essa despesa pela nossa limitação legal. Vamos agora fazê-la com uma bela inauguração, vai ser toda a gente convidada, e temos muito gosto de Aveiro, finalmente, passar a ser, de facto, de direito e de produção cultural, um município “Queirosiano” porque até aqui eramos apenas gestores de uma ruína, aliás o chamado “salão ruína”, que foi salão de baile durante tantos anos, em Verdemilho, é uma ruína perigosíssima como a Ponte de São João, e um dia destes pode cair. Felizmente na Ponte de S. João vamos atirar com ela antes que ela caia sozinha e espero que a velha casa do avô do Eça de Queirós também atiremos com ela antes que ela caia sozinha e possa causar dano grave a alguém que passe lá por perto.

Na rotunda da Junqueira falta acabar a bolacha central de qualificação. Suspendemos a obra porque houve uma quebra de fornecimento no mercado da pedra que vai ser colocada na bolacha para fazer o arranjo urbanístico. Os pequenos ressaltos, António

Neto, que há na relação de uma parte da ciclovia com a outra parte da ciclovia, são absolutamente normais, simples e só quem não anda de bicicleta é que os não sente. Eu como ando de bicicleta por várias zonas do Município e do país conheço bem tudo isto. Talvez um dia destes combinamos uma voltinha os dois. Não sei se anda de bicicleta. Eu consigo médias de trinta quilómetros por hora durante três horas seguidas, só para ter uma noção do meu ritmo. Portanto, veja lá como é que anda o seu treino para um dia destes irmos fazer essa e outras com todo o gosto.

Quanto a misturar a sinalização de segurança das paragens dos autocarros com o capitalismo da privatização só obviamente com as efabulações do Bloco de Esquerda que eu não consigo, de todo, acompanhar.

Dr. Jorge Nascimento, a ligação Aveiro-Águeda continua a ser uma luta nossa. O actual Governo não quer fazer e é pena. Como os anteriores disseram todos que queriam fazer mas nenhum fez, a luta continua porque há fundos comunitários para financiar essa obra porque a Região de Aveiro a assumiu como sua. Não é um objectivo do Município de Aveiro e do Município de Águeda mas é também dos onze municípios da Região de Aveiro. Haja Governo porque até hoje o país não teve nenhum Governo que fosse competente ao ponto de o fazer. Com uma vantagem que o actual Governo tem. Nós, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro dizemos «nós fazemos», «nós somos donos da obra, nós fazemos». Têm apenas que nos dar acesso ao Fundo Comunitário que existe e que nos permite fazer.

Até hoje o Senhor Primeiro-Ministro, nomeadamente na última visita que fez a Águeda (e disse-o em Águeda), município insuspeito, de uma forma particularmente objectiva embora deixando sempre aquela margem que o nosso Primeiro-Ministro deixa sempre em tudo, foi que não havia disponibilidade para avançar com o troço Aveiro-Águeda. Foi no dia da inauguração da Sactic e, portanto, as declarações estão além do mais publicadas.

Quantos aos fundos, Sr. Dr., explicar-lhe isto com brevidade. Nós para negociarmos os fundo comunitários, alguns fundos negoceiam-se sobre o pressuposto de uma coisa chamada mapeamento. O que é o mapeamento? O mapeamento é um mapa com o nome de cada investimento que vai ser feito e com o valor referencial de fundo afecto a esse valor. Em que é que o país fez mapeamento, obrigado pela União Europeia? Escolas, Unidades de Saúde Familiar, as extensões de saúde, Zonas Industriais e equipamentos de Acção Social. O único mapeamento que não está feito é o da Acção Social porque toda a gente tem medo de o fazer. Teve o Governo anterior e tem o Governo actual porque a fome é muita, a necessidade é muita, e o dinheiro que temos no Quadro é muito pouco. Portanto, tanto o Governo actual como o anterior empurram para a frente. O mapeamento das USF's foi feito e temos lá cinco, das nossas cinco uma começa a sua obra na segunda-feira, as outras duas começam a sua obra nos próximos dias mais à frente, uma outra está agora a ser adjudicado e outra está a acabar o projecto. Estão as cinco no mapeamento e o mapeamento é que nos garantiu e fixou ao euro o dinheiro. Nós estamos tranquilos porque o dinheiro está lá para nós, está no mapeamento, proposto pelo Governo, depois de negociação connosco, e aprovado formalmente pela Comissão Europeia. Segundo mapeamento, Escolas. Temos três escolas no mapeamento. A Região de Aveiro, Sr. Dr., tem cinco escolas. Estou a dizer mal... tem duas e são nossas porque o mapeamento é só para EB 2, 3 e Secundárias. A Região de Aveiro tem três escolas, em onze municípios temos três escolas, duas em veiro e uma em Ovar. Não há mais escola nenhuma. Conseguimos duas no mapeamento. Quanto às Zonas Industriais, Aveiro está no mapeamento com a Zona Industrial de Aveiro Norte, não é com as zonas é com a zona, com um valor de Fundo de três milhões de euros. E isto é assim, Sr. Dr.; se quiser documentos, se quiser ver os documentos assinados pelo Governo português ou pela

Comissão Europeia tenho todo o gosto em facultá-los. É assim. Porque é que alguns municípios andaram na primeira linha e nós não conseguimos? Porque quando fomos desenvolver a nossa candidatura esta candidatura era só para ampliação de Zonas Industriais existentes. E quando todos os outros municípios compraram áreas e podem com os seus lotes cumprir as regras muito restritas para terem financiamento, nós não somos proprietários de lotes industriais e nem cadastro temos da zona industrial para podermos colocar no contrato que vamos assinar a peça chave para sabermos onde vamos ampliar, quem são os proprietários, quem faz o quê. Nós nem cadastro temos. Adjudicámos esta semana o cadastro e tenha uma noção que só o cadastro custa mais de quarenta mil euros, com tranquilidade porque é uma despesa elegível a oitenta e cinco por cento duma parte dos três milhões.

Logo que tenhamos o cadastro feito seguiremos para a ampliação do loteamento porque temos que ter loteamento previamente feito para depois podermos pôr a mão na massa. Algumas despesas que já executámos, como a rotunda da Junqueira também é despesa elegível porque a rotunda da Junqueira e a Rua dos Ervideiros são a âncora de ligação entre a Zona Industrial existente com a zona a ampliar que fica, basicamente, a sul-nascente da fábrica nova dos Primos Vitória.

É isto, objectivamente, que está em causa, não andamos aqui para enganar ninguém. Não andamos mesmo. Somos o Município da Região de Aveiro que mais fundos conquistou, estão assinados por contrato ou, neste caso em que o contrato ainda não está assinado, garantido por aprovação formal pela Comissão Europeia do mapeamento que o Governo português propôs.

Estamos tranquilos porque estamos a fazer o trabalho bem e até dois mil e vinte e dois queremos ter tudo isto executado. No nosso caso, mais de noventa por cento dos Fundos Comunitários que temos hoje na nossa mão vão estar executados até ao final de dois mil e dezanove, e colocaremos bem Aveiro para irmos a jogo com ganhos de causa para termos acesso à reprogramação e às verbas da reserva de eficiência que vão entrar em jogo em dois mil e dezoito, embora os sinais que lemos da Comissão Europeia por causa do Brexit, muito provavelmente, projectem as decisões da reprogramação para dois mil e dezanove. A mal da Europa, a mal de Portugal, mas sabemos que é uma situação de grande complexidade que temos todos em mãos, nomeadamente os que têm responsabilidade de negociar entre a Comissão Europeia e o Reino Unido.

João Barbosa, sei que hoje fugiu do nosso dossier preferido que é o sanitário. Nós não vamos fazer a inauguração do sanitário, não vamos. Vamos fazer da estátua do Eça de Queirós mas do sanitário não.

Mas convidarei o meu amigo para podermos ir experimentar na lógica técnica o sanitário novo junto à Ponte de S. João, fazendo a prova de que ele é muito mais confortável do que o sanitário de Bruxelas que V. Ex.a aqui nos presenteou com fotografias.

Espero que possamos ter esse momento nos próximos dias, falta apenas a EDP fazer a ligação do ramal eléctrico necessário para que a operação funcione e para que veja que a nossa opção, sendo muito diferente e muito mais cara daquela que nos propôs, é muito mais interessante e funciona bem quer esteja sol, quer esteja muita chuva. A sua ia ser uma chatice porque íamos ficar todos molhadinhos com a chuva porque o resguardo do tecto era muito curto, como V. Ex.a bem se lembra até porque foi o pai das fotografias que aqui nos trouxe.

Francisco Picado, queria apenas dizer-lhe uma coisa simples. Nós governamos a nossa Câmara com uma grande intensidade e com plenos poderes. Nós temos plenos poderes até ao dia um de outubro. Nós perdemos os plenos poderes, passamos a ter muito poucos poderes, entre o dia um de outubro e o dia 'x' de outubro, os vinte dias previstos para

que os nossos sucessores tomem posse. É aí que a lei nos restringe os nossos poderes. Nós podemos deixar estas decisões por tomar? O Banco Alimentar vem cá agora porque só agora foi possível chegar a um acordo entre o Banco Alimentar, o proprietário e connosco, em meados de Agosto. O Centro Coordenador de Transportes começa a obra no dia treze de setembro, quereis parar isto tudo? Não começa a obra do Centro Coordenador de Transportes? O concessionário tem que ter o Centro Coordenador de Transportes a funcionar até março e daqui a bocado há-de chegar o inverno e há-de chegar a chuva. Não fazemos isto? O Banco Alimentar vai para onde? Não vai para o sítio bom que encontrámos? Temos quatro cidadãos à espera deste concurso dos quiosques, deixamo-los a continuarem à espera? A nossa Assembleia só volta a ter poderes lá para a segunda quinzena de novembro, querem parar isto tudo? O contrato dos resíduos acaba em fevereiro, querem lançar o concurso em novembro? Nós queremos executar o nosso mandato com toda a lealdade, dedicação e intensidade, até ao último dos dias. Uns dizem que é politiquice, outros dizem que é eleitoralismo, outros dizem aquilo que muito bem lhes apetece. Nós ouvimos. É a democracia. Para nós é também trabalhar, para nós é defender o nosso município até ao mais elevado nível que formos capazes, para nós é usar o tempo com intensidade. Nós temos muitos recursos e faltam-nos muitos recursos, mas há um recurso que nos vai faltar sempre e nunca mais nos volta à mão que é o tempo que já passou. Nós temos que usar bem o tempo e esta Assembleia não tem aqui nada de irrelevante. O ponto quatro da Ordem de Trabalhos, onde tem lá 'apreciação', está lá 'apreciação' porque entende a lei que uma alteração desta natureza ao PUCA é apenas para ser formalmente apreciada para que haja uma certidão que diga que formalmente a Assembleia Municipal apreciou. Eu acho um disparate da lei mas é a lei. Quereis que a gente não acabe o processo que já nos trouxe aqui tanto tempo, de acabar com a vida do plano de pormenor do Parque, do Estádio Mário Duarte? Estamos a trabalhar com intensidade e vai ser assim até ao último dos dias, cumprindo o enquadramento legal e político. A campanha eleitoral começa formalmente no dia dezanove de setembro e as nossas acções com forte expressão política terminam, a última, no dia dezoito de setembro. Do dia dezanove ao dia vinte e nove teremos uma actividade intensa e activa mas nada com expressão política por força da nossa opção política de gestão compatível de uma Câmara Municipal com uma equipa que é maioritariamente recandidata. É a nossa leitura de servir os nossos concidadãos bem, com seriedade, com verdade, com intensidade, e não desperdiçar o único recurso que não volta mais que são os minutos, os meses, os tempos, os anos, que estão sempre a passar e nós só temos que usar essa intensidade para que consigamos cumprir bem os compromissos, a boa gestão, que nos designámos a fazer.

A Câmara Municipal de Ílhavo é que tem o mérito da telenovela. A SIC teve a ideia de fazer uma telenovela sobre a história do bacalhau, contactou a Câmara Municipal de Ílhavo e fizeram um acordo. O acordo, em termos financeiros, entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a SIC, anda na casa das seis vezes superior ao nosso, Dr. Jorge Nascimento. E muito bem porque é uma história de Ílhavo. E nós gostamos muito de Ílhavo. A SIC veio-nos pedir, eu posso dar-lhe os contactos porque sei que não acredita em mim, pelo menos aqui na Assembleia Municipal porque noutros sítios sei que acredita, porque queria pôr Aveiro na telenovela. Ílhavo é uma terra notável, a história do bacalhau é extraordinária, mas a cidade de Aveiro tem uma intimidade absoluta com essa história e com essa terra. Portanto, fazer uma telenovela sobre o bacalhau e sobre Ílhavo e não aparecer Aveiro para a SIC e para qualquer um de nós não tinha qualquer sentido. Pediram-nos quarenta mil euros, por escrito. Tivemos uma pesada negociação e fechámos por doze mil e quinhentos. Fizemos um grande negócio, muito bom, e quem acompanha a telenovela sabe que tiramos um grande lucro de imagem, eventualmente

desproporcionado a quem investe muito mais do que nós. Mas nós queremos, nós todos que investimos, uns mais do que outros, tirar muito lucro de visibilidade que é o nosso lucro e tem sido interessante e muito positivo. Tenho ouvido tanta gente a testemunhar que gostaram de ver isto ou aquilo na telenovela que quiseram vir cá ver como é ao vivo. É um instrumento muito interessante e não somos nós pioneiros nisso. Já Viseu, Açores, já tanta gente fez coisas destas. Não somos nós que estamos a tirar conclusões, elas estão mais que tiradas.

Marques Pereira, leia também a página vinte e um, vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro que também falam do PEDUCA. Venha às reuniões de debate. Nós tivemos aqui uma excelente reunião no dia dez de julho, com os nossos arquitectos a apresentarem os projectos, com os cidadãos a fazerem perguntas. Foi, de facto, uma boa tarde, intensa, activa, positiva. Eu reúno com toda a gente. Reuni com a equipa da Universidade de Aveiro que fez o anterior projecto, com a Associação Comercial de Aveiro e os seus arquitectos que fizeram o ante anterior, ainda a semana passada com a Associação Ciclaveiro; eu reúno com toda a gente. Essa coisa de que aqui está um ser que vive sozinho no mundo é só nos seus discursos porque lhe dá jeito, mas não é verdade. Em vez de estar sempre na capital, no seu trabalho, e trabalhe bem que bem precisamos que ajude o governo a governar bem, tire um tempinho e venha a uma reunião dessas porque vamos ter mais. O Manuel Sousa não vai mesmo ser Presidente da Câmara, até seria uma tragédia para o nosso Município se isso acontecesse. Nós não queremos mais tragédias, queremos é andar para a frente com qualidade e com determinação.

Venha da próxima vez, Sr. Dr., peça uma dispensa à Sra. Secratária de Estado, seguramente lha dará, e venha cá uma tarde para ver o PEDUCA com os arquitectos, não vai falar com o Ribau Esteves. Eu estava aí, numa dessa cadeiras, a ouvir os nossos arquitectos, não estava aqui a comandá-los porque eu só comando a Câmara enquanto instituição, não comando Vereadores, arquitectos. Foi uma pena porque eu acho que o Sr. Dr. iria gostar muito da sessão, foi muito interessante, muito activa, com a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, Rua da Pêga, edifício Fernando Távora, Estação da CP, falámos dos projectos todos. Uns mais perto do fim, outros juntinho ao seu início. Foi muito interessante. Só que era impossível fazer esse debate aqui, e então com vocês que não gostam de reuniões informais era impossível mesmo. Mas vai ter mais oportunidades, fica desde já convidado, eu sei que gosta disso, até tem umas ideias interessantes, tem é que as trazer no momento próprio.

Já estive aqui a trocar uns sms's com o Dr. Filipe Neto Brandão eu não desonrei o Dr. Élio Maia, nem vou repor a verdade histórica. O Dr. Élio Maia foi muito importante para o processo do Tribunal Administrativo e Fiscal. O que eu disse a outro jornal, nomeadamente ao Correio da Manhã que escreveu mal, é que não foi justo para a Câmara que fez um projecto, o Presidente Élio Maia fez um projecto, a Casa da Cidadania, para a instalar no Convento das Carmelitas, projecto que foi aprovado, a Câmara fez as obras, recebeu o dinheiro do apoio e pagou ao empreiteiro, e depois instalou, e bem, a título provisório o Tribunal Administrativo e Fiscal, com uma perspectiva de dois anos, ficou lá até hoje. Quando nós fechámos o Quadro, por um bom motivo de uso da Justiça, não pudemos cumprir os objectivos da candidatura tivemos que devolver o dinheiro. Eu lutei muito junto do Ministério da Justiça para que se fizesse justiça e tivesse sido o Ministério a assumir aquele dinheiro e a dá-lo à Câmara. Foi por isto que lutei. Perdi. Todos concordavam, nomeadamente o Presidente do Instituto, comigo apenas prevaleceu aquele argumento muito simples: «Sr. Presidente, pode ter muita razão, mas o nosso orçamento não tem disponibilidade para darmos duzentos e dezassete mil euros à Câmara Municipal de Aveiro». É esta a nota e agradecer muito a conquista e dizer que nunca levámos isto para a guerra pública. Porquê? Porque temos

consciência que se o tivéssemos levado tínhamos um risco muito alto do Tribunal Administrativo e Fiscal se deslocalizar para edifícios da justiça que, por perto, têm muito pouco uso. Nunca o fizemos por respeito à manutenção do Tribunal Administrativo e Fiscal na nossa cidade e no nosso Município porque é muito importante para todo o mundo que gravita dentro e à volta do Tribunal Administrativo e Fiscal e á também importante, obviamente, para a nossa cidade e para o nosso Município.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁴³

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴⁴

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Só para dizer que me esqueci de responder a uma questão importante.

O concurso de ideias do Rossio, que é o Rossio e a Ponte de Praça e que se mistura com a questão que colocámos e que o João Barbosa também falou, a questão do tráfego sobre a zona das Pontes, como lhe chamamos, está na alçada do concurso de ideias. Temos oito ideias, estão todas a ser analisadas e trabalhadas, mas entendemos que é um dossier que, por questões políticas, não deva ser fechado neste mandato. Haverá a continuidade da análise técnica e política que estamos a fazer, que a transmitiremos aos nossos sucessores do próximo mandato, mas entendemos que a natureza e a dimensão daquilo que está em causa não deve ser decidido na ponta final do mandato. Temos oito propostas, cinco muito boas, e iremos ter, seguramente, muito trabalho para escolhermos a melhor de entre aquelas que são, objectivamente, boas. Portanto, é essa operação que vamos correr.

Alguns dos projectos que trouxemos cá estavam no início precisamente para não mostrarmos coisas acabadas. Dizemos as ideias base para as pessoas terem oportunidade de condicionar o seu desenvolvimento e não só tomarem conhecimento da sua versão final.”

Presidente da Mesa⁰⁴⁷

“Senhores membros da Assembleia é meia-noite, aproximadamente, e estamos no ponto um. Eu recebi aqui uma indicação do Senhor Presidente de Câmara de que lhe seria conveniente a discussão de mais dois pontos. O Senhor Presidente mantém essa pretensão?

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Só para esclarecer a Assembleia. O primeiro ponto é precisamente relacionado com o Banco Alimentar que é para ter efeitos a um de Setembro. Há este nosso contrato entre nós e o Banco Alimentar e há um contrato entre o Banco Alimentar com o proprietário e, basicamente, o nosso contrato funciona perante o proprietário como carta de conforto ou de garantia, como quiserem. Por isso esta necessidade.

Em relação à Sarifer é terminar um processo que, neste caso, foi mais longo de uma empresa que precisa de acabar a tramitação.

É apenas isto. São processos obviamente simples, embora a discussão política seja a que for, eu solicitava à Assembleia que pudéssemos arrumar hoje estes dois processos”.

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁵⁰

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação da Informação Escrita.

(Saíram da sala os Vogais, Manuel José Prior Pedreira das Neves e António Ildebrando Nunes Costeira)

Ponto 2 – Apreciação e votação da autorização de assunção de compromisso plurianual do Protocolo para a cooperação financeira com o Banco Alimentar contra a fome de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 09/08/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁵² deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

“Já disse uma parte do que queira dizer. Nós, como sabeis, assumimos a obra do Centro Coordenador de Transportes, felizmente a obra está pronta para arrancar. Ganhou a empresa Savecol, tivemos um episódio com o Tribunal de Contas que concluiu que o processo não era passível de Visto e, portanto, foi validado sem Visar, entendendo que a natureza da empresa em causa, mesmo sendo concessionária de uma entidade pública não era passível de Visto. Recebida essa notícia nos últimos dias de Agosto juntámos o empreiteiro e preparámos tudo para arrancar com a obra que tem o seu dia de arranque físico apontado para o dia treze de setembro. Tínhamos combinado com o Banco Alimentar procurar uma solução de instalação provisória se não conseguíssemos uma boa solução para uma instalação definitiva. Só a retirada das telhas com o amianto e a substituição total do telhado não permite que alguém possa lá estar. Felizmente, do trabalho longo que fizemos da análise do mercado foram pré-seleccionadas três hipóteses. Trabalhámos-las comigo mesmo e com o Sr. Presidente do Banco Alimentar na análise destas três últimas e escolhemos uma. É um armazém que fica ali entre a igreja das Barrocas e o Centro Escolar das Barrocas, é um bom acordo. Nós vamos contribuir com mil euros mensais e o Banco Alimentar vai pagar mil e duzentos e cinquenta euros também por mês ao proprietário. Era exigido por todos, curiosamente houve um consenso, que este contrato fosse de longo prazo, daí a opção do contrato ser de dez anos precisamente para dar estabilidade aos investimentos que lá vão ser feitos.

O nosso banco Alimentar também tem ganhos relevantes e um dos ganhos é que ganha muito espaço e qualidade neste sítio e vai poder ter a instalação de câmaras de frio para poder manusear certo tipo de alimentos que exigem armazenamento em frio. Como sabemos, nas actuais instalações não havia espaço disponível para cumprir tal objectivo. Estamos todos contentes porque encontramos uma boa solução. Até aqui, e bem, a Câmara apoiou em géneros cedendo o edifício, daqui para a frente, e o mês um é setembro, continuaremos a apoiar esta importantíssima instituição que trabalha com todas as IPSS's de dezoito dos dezanove municípios do distrito de Aveiro agora com esta

comparticipação financeira que por força da plurianualidade dos dez anos exige uma deliberação da Assembleia Municipal e que motiva esta proposta que aqui trazemos.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[054](#)

“O Banco alimentar Contra a Fome dá uma resposta de fim de linha contra a pobreza. Atendendo ao modelo económico o Bloco considera importante a resposta e portanto vota a favor deste protocolo entre a Câmara Municipal e o Banco Alimentar.

No entanto alertamos que são necessárias outras políticas de primeira linha na luta de combate à pobreza.

A Câmara Municipal tem estado completamente ausente e até tem políticas negativas. A Câmara tem impostos no máximo, serviços no mínimo e não tem a Acção Social. E são políticas que agravam a pobreza e exclusão. É essencial reverter esta políticas.

Este protocolo entre a Câmara e o Banco Alimentar é de 12 mil euros ano. Alertamos que no ano passado este executivo PSD/CDS apenas disponibilizou 11 mil euros para a Acção Social da Câmara. Assim se vê a completa ausência de respostas social da Câmara. Mas a situação é tão mais grave já que o apoio de 11 mil euros não é por constituição dos direitos como a tarifa social de água, mas para relações de criação de dependência ou população vulnerável em relação ao poder político.

No combate à pobreza é essencial que haja fundos e que crie a emancipação do indivíduo perante o risco. Obrigado.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

“Recorre da documentação que os pontos dois a cinco foram aprovados por unanimidade na Câmara Municipal, o grupo parlamentar antecipadamente refere que para todos efeitos acompanha esse sentido de voto.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[056](#)

“Eu aconselhava ao Senhor deputado António Neto que fizesse dirigir a última parte da sua intervenção ao Senhor Primeiro Ministro se faz favor — um governo que ele apoia.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[057](#)

“Sr. Presidente, hoje estou muito sintético até porque tenho que dar o exemplo porque fui eu que pedi este acrescento. Só uma nota simples já que o António Neto aproveitou-se da circunstância para falar de matérias que não têm nada a ver com isto. Eu só queria dizer que temos uma política social activa, criámos o fundo de apoio às famílias e que funciona muito bem, de forma supletiva aos mecanismos de apoio social que estão todos no Governo, estão todos no Orçamento do Estado. Nós somos supletivos, complementares e temos finalmente uma câmara a investir muito dinheiro, muitos milhões de euros, em qualificação de habitação social, temos o Instituto da Habitação que é proprietário de seiscentos fogos a desenvolver projectos para a qualificação também do Grinê e do Caião, e temos um vasto conjunto de operações que estão a usar ao limite a oportunidade dos fundos comunitários para darmos qualidade. O município tem uma excelente Rede Social, com entidades públicas e privadas, que funciona bem e somos, aí, um bom exemplo. Temos muito para fazer? Temos, mas temos também carta de qualidade para justificar e para comprovar a nossa competência para seguirmos em

frente. Oxalá o Governo nos acompanhe e haja na descentralização mais competências para os Municípios fazerem melhor que aquilo que hoje fazem de forma simplesmente supletiva.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵⁸ Ponto 2 – Apreciação e votação da autorização de assunção de compromisso plurianual do Protocolo para a cooperação financeira com o Banco Alimentar contra a fome de Aveiro, sendo aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+BE1+IND2), uma abstenção (PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto:

Ponto 3 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse público Municipal, da unidade industrial da Sarifer, processo de obras n° 41/1991.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 09/08/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁰ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶¹

“De forma breve. Neste processo dos reconhecimentos de Interesse Público Municipal lembramo-nos todos que trouxemos cá dois processos. Não foram só dois, a Câmara teve cinco processo ao todo, dois chumbámos porque entendíamos que não tinham a menos condição para poderem ter seguimento. Este é um processo muito mais complicado, é um processo velho no nosso Município, um problema complexo de uma carpintaria industrial que nasceu dentro de um aglomerado urbano, em Eixo, e que há uns anos construiu um novo edifício fora do perímetro urbano. O fora do perímetro urbano colocou-a em reserva agrícola nacional e, conseqüentemente, em situação de ilegalidade inultrapassável, por isso é uma operação ilegal. No âmbito da revisão do PDM, esta é uma das questões que está cadastrada porque se trata de um edifício grande, não se trata de uma pequena casa, é um edifício grande, nós, logo na primeira ronda da análise dos vários problemas que temos desta natureza, entendemos que devíamos resolver este problema. Criámos condições na proposta que estamos a construir para que a área ocupada acualmente pela nova unidade da Sarifer fosse integrada em perímetro urbano de uso exclusivo industrial para fixar o uso evitando que um dia mais tarde haja derivações para fazer outras coisas e também como contributo para vir a desactivar a outra unidade industrial que, entretanto, está mal porque está no meio de moradias de uma área residencial. Criámos condições para resolvermos bem esta situação. Na revisão do PDM dentro da Câmara isso foi muito fácil, quer na perspectiva dos nossos técnicos, quer na nossa perspectiva de gestores políticos, e na interacção com a Comissão de Desenvolvimento Regional, como sabem é quem preside à revisão do PDM e quem tem um papel fundamental na gestão das condicionantes RAN e REN, a perspectiva que nos foi partilhada foi igualmente positiva e em sintonia com a nossa. Entendemos que neste quadro podíamos dar luz verde a este reconhecimento que, na prática, pode permitir à empresa conseguir o seu licenciamento antes de termos pronta a

revisão do PDM usando o mecanismo legal que está ao dispor destas empresas para tratarem. Esse período já terminou e portanto este é o nosso último processo bem mais complexo que qualquer um dos outros quatros, os outros dois que vieram cá e os dois que não vieram, mas que, para nós, reúne todas as condições para receber esta nossa deliberação que trazemos à Assembleia com essa propositura para resolvermos um problema que nasceu mal mas que nós entendemos que tem boas condições para ser um acto legalizado na boa relação que encontramos entre o perímetro urbano e este episódio industrial. Sabendo que na revisão do PDM também haverá uma área verde a separar fisicamente a área residencial desta unidade industrial para que nós não tenhamos outro tipo de problemas de vizinhança que são sempre delicados entre operações industriais e zonas habitacionais.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁶²

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁶³

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁴ Ponto 3 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse público Municipal, da unidade industrial da Sarifer, processo de obras n.º 41/1991, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+IND2), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto:

Ponto 4 – Apreciação e votação da abertura do procedimento por Concurso Público n.º 2/2017 CP-CF DCS-ACGC para “Concessão da exploração de três quiosques sites, na Travessa do Mercado (MMF), na Rua Dr. Mário Sacramento e no Largo do Alboi, em Aveiro”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 05/07/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁶

“É apenas isso mesmo, são três quiosques que estão disponíveis, alguns deles já foram a concurso e ficaram em branco. Temos sinalização de interesse e a proposta é dar-mos seguimento. Como é uma concessão a competência é da Assembleia Municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁷

“Muito Obrigado. Atendendo ao que se trata nesta concessão da Câmara Municipal as regras de utilização deveriam conter particularidades que salvaguardassem as boas práticas relativamente a responsabilidade social e precaridade laboral.

Ainda bem que teve a intervenção do Senhor Presidente porque parece que acabou com a precariedade, mas infelizmente a Câmara talvez não esteja com capacidade para mudar este enquadramento.

O Bloco esquerda continua a afirmar que a Câmara deveria ser um veículo primordial de boas práticas e também neste caso deveria dar o exemplo. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁸ Ponto 4 – Apreciação e votação da abertura do procedimento por Concurso Público n.º 2/2017 CP-CF DCS-ACGC para “Concessão da exploração de três quiosques sites, na Travessa do Mercado (MMF), na Rua Dr. Mário Sacramento e no Largo do Alboi, em Aveiro”, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+IND2), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto:

Ponto 5 – Apreciação e votação do procedimento por Concurso Público n.º 6/2017 CP-CFDCS-ACGC, para “Exploração do Café-Esplanada do Jardim do Lago da Fonte-Nova, Aveiro”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 09/08/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁰

“Acabou o contrato com o concessionário do nosso bar do Cais da Fonte Nova, como normalmente lhe chamamos. Houve uma análise jurídica muito complexa sobre tudo isto e, por isso, nós, na Câmara, tomámos três decisões. A primeira decisão foi esta de lançar o concurso, como é uma concessão cabe a responsabilidade à Assembleia Municipal. A segunda de anular as multas que vinham de trás porque o nosso concessionário regularizou toda a dívida. Quando nós chegámos este nosso concessionário devia cinquenta mil euros à nossa Câmara e o nosso regulamento anterior era muito pesado no cálculo das multas e, portanto, decidimos tomar essa decisão. A terceira decisão foi prorrogar o prazo do contrato que acabou em meados de julho até ao dia um de janeiro que é o dia em que se aponta, no procedimento do concurso para ser o dia do início do trabalho do novo concessionário. Relembro que o nosso primeiro concurso foi um concurso de concessão, construção e exploração. Portanto, nesse concurso também se construiu o bem que no fim da concessão reverte para a Câmara. Agora concursamos apenas o uso e é, por isso, que decidimos, além do critério preço, colocar um critério sobre a avaliação qualitativa do projecto porque para nós não é despiciente que tipo de actividade, que tipo de projecto, é que se vai desenvolver naquele espaço que é um espaço com muita qualidade e muito nobre. É neste quadro que nós construímos o caderno de encargos da maneira que o construímos. Achamos que está bem. E mantivemos o mesmo preço que achamos que é baixo, até porque o concessionário não vai ter custos de construção. Mas fica para o mercado e temos muitos sinais de interesse do mercado e será o mercado, em sede do concurso, a decidir qual é o valor da

concessão. É nosso profunda convicção que será mais alto, claramente, do que a nossa base. Este é o quadro de base que nos leva a trazer aqui esta proposta.”

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁷¹ Ponto 5 – Apreciação e votação do procedimento por Concurso Público n.º 6/2017 CP-CFDCS-ACGC, para “Exploração do Café-Esplanada do Jardim do Lago da Fonte-Nova, Aveiro”, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+IND2), duas abstenção (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

(Saiu da sala o vogal sucedâneo Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal)

Ponto 6 – Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente⁰⁷² da Proposta de Recomendação (Partido Comunista Português) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁷³

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Penso que já terão tomado conhecimento e feito a leitura daquilo que é a Moção que o PCP aqui apresenta a esta câmara, a propósito da situação em que se encontra atualmente a PT (Portugal Telecom) nomeadamente pelo controle do grupo Altice.

Primeiro o PCP pretende apresentar esta Moção fazendo um exercício de resenha histórica sobre aquilo que foi de facto a maior empresa nacional exercendo a sua atividade num sector estratégico da economia portuguesa e dando e criando milhares e milhares de postos de trabalho no nosso país.

Relevamos aquilo que foi o relevante papel da Portugal Telecom e das sua antecessoras e daquilo que foi o desenvolvimento tecnológico e científico do nosso país e também do ponto de vista daquilo que foi o desenvolvimento e instalação da universidade em Aveiro e o contributo que para isso teve a Portugal Telecom.

Recordamos ainda (e agora entramos num momento mais pesaroso) aquilo que foram as sucessivos momentos de alterações da posição da empresa, nomeadamente através dos sucessivos exercícios de privatização que culminaram no ano de 1999 com a sua última etapa deixando no início do milénio o Estado com a posse da conhecida Golden Share e que mais tarde num contexto da Troika acabaram por alienar totalmente.

Sublinhamos que desde o ano 2000, esta empresa, gerou fabulosos lucros aos seus acionistas, fabulosos lucros de 15 mil milhões de euros. Lucros esses que tanta falta fizeram ao país e ao orçamento de estado. Seja pela via dos dividendos seja pela via das receitas fiscais, deixou de proporcionar ao estado português, devido à sua transferência de sede. Acrescente-se a isto nomeadamente a venda de participações que tinha noutras empresas, designadamente no Brasil, e que são conhecidas de todos.

Atualmente a empresa encontra-se dentro do grupo Altice. É seguramente do vosso conhecimento que o grupo Altice pretende agora retirar de dentro da empresa um vasto grupo de trabalhadores que lá estão tomando um conjunto de medidas e expedientes, que conforme justificamos na Moção, são abusivos da legalidade. Quer do ponto de vista da lei laboral, do Código do Trabalho, quer até da Constituição da República.

No caso do pólo de Aveiro temos conhecimento, onde os seus trabalhadores tiveram há três semanas atrás um exercício de greve e onde manifestaram estas ilegalidades.

Temos conhecimento de trabalhadores que foram transferidos para outras empresas do grupo e temos conhecimento de 10 trabalhadores que estão numa conhecida unidade de trabalho temporário, onde os trabalhadores estão sujeitos onde não lhes é entregue uma função de trabalho específica de acordo com aquilo que estava contratualizado com eles e com aquilo que estavam habituados. Portanto um caso semelhante naquilo que se costuma considerar assédio laboral. A realidade é que este é um processo que esta empresa Altice tem colocado diversos trabalhadores do grupo e em Aveiro fora dos sítios e numa situação absolutamente insustentável.

Por isso nós, no grupo municipal do PCP em Aveiro, propomos à votação esta Moção que termina com três conclusões.

A primeira, uma preocupação pelas consequências económicas e sociais que os despedimentos em curso e o agravamento da precariedade das relações laborais (conforme atrás descrevemos);

Segunda, um elemento de solidariedade com os trabalhadores da PT objecto destas formas de repressão — e não estamos a falar numa realidade distante, estamos a falar de uma realidade que se vive a centenas de metros do sítio onde estamos

E, por último, recomendamos ao governo que inicie processo de regresso da PT ao controle público.

E como de facto o PCP referiu no período de antes da ordem-do-dia, são elementos essenciais para o desenvolvimento do país poder reganhar o controle de sectores estratégicos, reganhando igualmente capacidade financeira e ganhando receitas.

Esta é a nossa proposta e estamos disponíveis para qualquer esclarecimento. Tenho dito.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁴

“Senhor Presidente, curtíssima intervenção, porque me merece deferência, ainda que telegráfica, a apresentação de uma Moção por parte de um grupo parlamentar nesta assembleia.

Só para referir, que é obvio que, relativamente à substancia nós não ignoramos e nenhum português ignora, que há um conjunto de operações cuja legalidade relativamente ao pessoal da antiga PT se afigura duvidosa, porém está sob a investigação e a ação das autoridades competentes, nomeadamente da ACT. A qual em primeira instancia compete pronunciar-se, subsequentemente, validado ou não pelos Tribunais.

Mas, obviamente que, quando o Partido Comunista Português propõe a esta Assembleia que recomende a renacionalização da PT/Altice, está obviamente a convidar que seja rejeitada essa proposta! E, portanto, corresponderemos ao repto e obviamente não deixaremos de votar contra.

Manifestamente o sector é um sector concorrencial e não faz sentido que o Estado volte (e nem creio que legalmente no Direito Comunitário isso fosse até possível), mas de qualquer modo antecipadamente comunicamos que votamos contra.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷⁵ o Ponto 6 – Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, sendo a mesma rejeitada, com vinte e nove votos contra (PSD14+CDS5+PS8+IND2) uma abstenção (PS1) e dois votos a favor (BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁷⁶

“Deixar como declaração de voto do PCP a intervenção na apresentação do ponto.”

Vogal António Neto (BE):⁰⁷⁷

“A declaração de voto do Bloco de Esquerda é que, votaria sempre a favor de qualquer proposta de salvaguarda de direitos laborais e que condene efectivamente qualquer jogo de desresponsabilização social.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião da sessão ordinária de Setembro, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁷⁸ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Setembro de 2017.

Eram 00:30 horas do dia 09 de Setembro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)